

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FERNANDA PIERRI

**A MULHER NO ESPAÇO POLÍTICO INSTITUCIONAL BRASILEIRO – DA LUTA
PELO DIREITO DO VOTO À ASCENSÃO E DEPOSIÇÃO DA PRIMEIRA
MULHER NA PRESIDÊNCIA DO PAÍS**

UBERLÂNDIA
2021

FERNANDA PIERRI

**A MULHER NO ESPAÇO POLÍTICO INSTITUCIONAL BRASILEIRO – DA LUTA
PELO DIREITO DO VOTO À ASCENSÃO E DEPOSIÇÃO DA PRIMEIRA
MULHER NA PRESIDÊNCIA DO PAÍS**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais.

UBERLÂNDIA
2021

FERNANDA PIERRI

**A MULHER NO ESPAÇO POLÍTICO INSTITUCIONAL BRASILEIRO – DA LUTA
PELO DIREITO DO VOTO À ASCENSÃO E DEPOSIÇÃO DA PRIMEIRA
MULHER NA PRESIDÊNCIA DO PAÍS**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^aDr^a. Maria Lúcia Vannuchi.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Lucia Vannuchi

Prof^a. Dr^a. Patrícia Vieira Trópia

Prof.^o Dr.^o Moacir de Freitas Júnior

AGRADECIMENTO

Aos meus pais e à minha irmã, pelo apoio, confiança e amor incondicionais.

Aos meus amigos e às minhas amigas, pelo companheirismo e pelas palavras sempre certas.

Aos meus professores e às minhas professoras, do ensino básico ao superior, por me mostrarem o caminho certo.

À minha orientadora, Maria Lúcia Vannuchi, por ter me instruído com cuidado e maestria na condução desse projeto.

RESUMO

O presente trabalho científico tem como objetivo analisar, primeiramente, as dicotomias de gênero dentro do espaço político. Como ponto de partida, estudaremos as primeiras manifestações pelo direito à educação das mulheres e ao voto universal, sendo esta a partir de nomes como o de Leolinda Daltro e Bertha Lutz. Após a conquista do direito ao voto e a posterior possibilidade de tornarem-se não apenas eleitoras, mas eleitas, pouco a pouco as mulheres passaram a integrar o corpo de deputadas, senadoras, governadoras e a Presidência. Contudo, quais são os níveis de igualdade de gênero alcançados pelas mulheres até hoje? Homens e mulheres igualam-se numericamente no espaço político institucional? As cotas de gênero, criadas na segunda parte da década de 1990, influenciaram efetivamente a presença das mulheres em cargos políticos? Este estudo busca examinar a representação feminina no cenário político atual, e em seguida, visa analisar a trajetória da primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Eleita pelo Partido dos Trabalhadores em 2010, Rousseff sofreu ataques sexistas e misóginos por parte da mídia nacional que via sua condição de mulher como base para insultos – insultos estes que visavam não só a depreciação pública da presidenta, mas retirá-la do poder por meio de um golpe jurídico-civil, ocorrido em 2016, dois anos após sua reeleição.

Palavras-chave: Gênero. Mulheres. Sufrágio. Lei de Cotas. Dilma Rousseff. Golpe.

ABSTRACT

This paper aims to analyze, foremost, the dichotomies of gender inside the politics space. As starting point, we will study the first manifestations for the education's right and the universal vote, this being from names like Leolinda Daltro e Bertha Lutz. After winning the right to vote and the subsequent possibility of become not just voters but electeds women became part of the body of deputies, senators, governors and the presidency, little by little. However, what is the levels of gender equality achieved by women, until now? Are men and women numerically equal in the institutional political space? Did gender quotas, created in the second part of 1990s, effectively influence the presence of women in political positions? This study seeks to examine the representation of women in the current political scenario and then aims to analyze the trajectory of the first woman president of Brazil, Dilma Rousseff. Elect from Partido dos Trabalhadores in 2010, Rousseff suffered sexist and misogynistic attacks by the national media who saw her status as woman as a basis for insults – insults these that saw not just the president's public depreciation, but pull her out of power by means of a legal-civil coup, occurred in 2016, two years after her reelection.

Keywords: Gender. Women. Suffrage. Quotalaw. DilmaRousseff. Coup.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1. Deputadas e deputados federais eleitos no período de 1970 a 2018..... | 43 |
| GRÁFICO 2. Senadoras e senadores eleitos no período de 1970 a 2018..... | 44 |
| GRÁFICO 3. Governadoras e governadores eleitos no período de 1970 a 2018..... | 44 |

Lista de siglas e acrônimos:

ACF: Associação Comercial Feminina

Arena: Aliança Renovadora Nacional

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEIVT: Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura

Colina: Comando da Libertação Nacional

DEM: Democratas

FEE: Fundação de Economia e Estatística

FBPF: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

FHC: Fernando Henrique Cardoso

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

LEIM: Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher.

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PCO: Partido da Causa Operária

PD: Partido Democrático

PDS: Partido Democrático Social

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PF: Partido Federalista

PFL: Partido da Frente Liberal

PL: Partido Liberal

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PN: Partido Nacionalista

Polop: Organização Revolucionária Marxista Política Operária

PT: Partido dos Trabalhadores

PTN: Partido Trabalhista Nacional
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PP: Partido Progressista
PPB: Partido Progressista Brasileiro
PPS: Partido Popular Socialista
PR: Partido da República
PRB: Republicanos
PRD: Partido Republicano Democrático
PRF: Partido Republicano Federal
PRP: Partido Republicano Paraense
PRP: Partido Republicano Paulista
PRTB: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PRM: Partido Republicano Mineiro
PRR: Partido Republicano Rio-Grandense
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSC: Partido Social Cristão
PSDB: Partido Social da Democracia Brasileira
PSDC: Partido Social Democrata Cristão
PSL: Partido Social Liberal
PSol: Partido Socialismo e Liberdade
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
TCU: Tribunal de Contas da União
TRE: Tribunal Regional Eleitoral
TSE: Tribunal Superior Eleitoral
PV: Partido Verde
Selic: Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SEMC: Secretaria de Energia, Minas e Comunicação

VAR: Vanguarda Armada Revolucionária

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| CAPÍTULO 1.O percurso histórico pelo direito do voto feminino..... | 17 |
| CAPÍTULO 2. Da conquista do direito de voto feminino à eleição da 1ª mulher presidenta do Brasil..... | 31 |
| CAPÍTULO 3. Dilma Rousseff: Ascensão e Deposição..... | 46 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 60 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 63 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa focaliza a luta pelo voto feminino no Brasil, desde as primeiras eleições, até a conquista e deposição da primeira mulher do cargo de Presidenta da República, de modo a analisar os traços do sexismo estrutural presentes nesse percurso.

Por trás da eleição da trigésima sexta presidenta do Brasil, a primeira – e única – mulher a chegar ao cargo, há uma trajetória ativa e constante de luta pela representação político-institucional e pela autonomia feminina na sociedade brasileira. Na história complexa de nossa democracia, o protagonista é quase sempre de sexo masculino, mesmo em um país no qual as mulheres são a maioria numérica.

De acordo com Ribeiro (2006) a mulher foi inicialmente considerada por parte dos homens europeus da Península Ibérica como “o sexo imbecil”, termo originado do latim a partir de “*Imbecilitus Sexus*”. O Brasil, país que por mais de três séculos permaneceu como colônia de Portugal e, inclusive em determinado momento, da União Ibérica, herdou o pensamento da subalternidade feminina; as mulheres viviam sob o véu da submissão, e eram impedidas de frequentar escolas que as colocassem em situação de igualdade com os homens. Eram ensinadas a cozinhar, bordar e cuidar do lar. Toda a sua instrução era direcionada à manutenção do espaço doméstico. Assim, a luta pela emancipação feminina principiou pela luta pela educação, pelo conhecimento das letras e da ciência, uma vez que, de acordo com Foucault (1987) os conceitos de poder e de saber relacionam-se, e os que menos sabem mais estão sujeitos à dominação.

Por conseguinte, as relações entre mulheres e homens foram construídas hierarquicamente através das relações de gênero, desenhadas tanto no ambiente interno, o lar, quanto em âmbito mais abrangente da sociedade. Meninas são, desde pequenas, ensinadas a permanecer no espaço doméstico, a assumir as responsabilidades da maternidade e do matrimônio, enquanto aos homens cabe o mundo exterior, o conhecimento, a política e a independência. Dessa forma, segundo Joan Scott (1995), as relações entre homens e mulheres, da forma como são e como se transformam, são definidas pelo gênero. A autora possui duas proposições acerca da definição de gênero: a primeira é que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e a segunda é que o gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder. Para Pierre Bourdieu (2010), os conceitos de gênero estruturam a vida social. E no momento em que os

historiadores e as historiadoras passam a analisar a legitimação das relações sociais pautada no gênero, observa-se: a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

Tanto o gênero constrói a política e a política constrói o gênero, que por muitos anos na história brasileira as mulheres foram impedidas de votar, determinação esta feita pelos homens. Mesmo após a conquista do direito da educação sem distinção de gênero, as mulheres ainda eram obrigadas a manter-se fora do espaço político institucional. À vista disso, as questões a serem debatidas neste estudo valer-se-ão da construção do gênero de Joan Scott (1995), bem como do estudo da dominação, da violência simbólica e dos espaços tidos como masculinos sob a perspectiva de Bourdieu (2010), e seus traços e exemplificações na representação e trajetória das mulheres no espaço político institucional brasileiro.

Para a execução desse projeto, foi necessário, a *priori*, pesquisa e análise de referencial teórico, chegando a Joan Scott (1995), Pierre Bourdieu (2010), Michel Foucault (1987), e contando com o auxílio de textos de Fanny Tabak (1982) e Moema Toscano (1982). A partir desse estudo, foi possível o acesso a dados e informações acerca da trajetória da mulher no espaço político institucional brasileiro, bem como fatos históricos, resultados eleitorais¹ e discursos políticos – orais e escritos – de mulheres, tais como Dilma Rousseff (PT) e Luiza Erundina (PSB).

Este estudo tem o intuito de pensar sobre a inserção feminina e a representatividade em postos políticos, e analisar as raízes e consequências da representação tão desigual entre homens e mulheres no espaço político institucional brasileiro. Começaremos, dessa forma, analisando a trajetória dos processos eleitorais no Brasil, mapeando a história e a luta pelo voto feminino desde os primeiros movimentos sufragistas, até o momento atual. A importância dele aparece no contexto político e representativo, o qual, apesar das mulheres serem maioria numérica no país, ainda são minoria nas Câmaras, no Senado e como chefe de governo de estados da Federação. A escolha do tema não foi rápida e tampouco fácil, mas se deu a partir do desejo de entender melhor a história das mulheres políticas, bem como a representação e a dicotomia entre homens e mulheres que integram esse espaço - discussão essa que, apesar de não ser tão recente, é ainda pouco presente no curso de graduação em Ciências Sociais – e não deveria ser.

¹A partir de 1933, com a primeira deputada federal eleita, Carlota Pereira de Queiroz pela Chapa Única São Paulo Unido, chegando até o ano de 2018, a mais recente eleição presidencial do Brasil, que contou com a eleição de 77 deputadas federais e seis senadoras, significando 17% e 11%, respectivamente, e apenas uma governadora mulher.

A hipótese desse estudo é de que a estrutura de gênero se configura como um obstáculo para o amplo acesso das mulheres nos espaços político-institucionais, englobando, portanto, desde a assimetria numérica de cargos eletivos entre homens e mulheres até a construção da imagem de mulheres já eleitas. A trajetória a caminho da igualdade tem sido longa e ainda há muito a se percorrer. A título de exemplo dos obstáculos encontrados nesse caminho, podemos citar o tratamento midiático que a presidenta deposta, Dilma Rousseff, recebeu durante seu mandato: a mídia construiu a imagem da ex-presidenta a partir do recorte de gênero e de misoginia, associando-a, frequentemente, à imagem de uma governante histórica e desqualificada. Uma vez que a Presidência da República é o mais alto cargo de poder do Brasil e fora ocupado pela primeira vez por uma mulher, nota-se um tratamento midiático não só direcionado à sua política e ao seu partido, mas à especificidade de sua condição de mulher. Além do mais, interessa-nos compreender a eficácia da implementação de cotas de gênero nos processos eleitorais – iniciativa essa que, apesar de sua importância social, não é o suficiente para a representação plena e equilibrada das mulheres, uma vez que os cargos políticos ainda permanecem, em maioria, ocupados por homens.

As questões que pretendemos responder são: como se deu a luta das mulheres pela participação política? O histórico de exclusão eleitoral das mulheres ainda influencia o sistema político atual? Quais são os motivos que levam as mulheres a ser, ainda, minoria em cargos políticos? Como as mulheres com cargos políticos são reconhecidas, e como Dilma, especificamente, foi retratada pela mídia? O objetivo dessa pesquisa é, por conseguinte, analisar detalhadamente a trajetória e a representatividade das mulheres na atuação política, de modo a compreender as causas e circunstâncias que sustentam, ainda hoje, a desigual representação de mulheres e homens no espaço político dos poderes executivos.

Na apresentação do livro *“Mulher e Política”*, de Fanny Tabak e Moema Toscano, Heloneida Studart observa que:

A maioria dos partidos políticos brasileiros – elitistas e artificiais – só vê a mulher como militante de base. Aquela que organiza festas cívicas ou de finanças, distribui os cafezinhos, os panfletos e aplaude nas reuniões. Ninguém a vê como participante da formulação de um programa partidário e, raramente, seu nome entra na lista dos candidatos a mandato. [...] Deve-se [...] aos preconceitos machistas consolidados e reforçados em nossa cultura. Segundo esses preconceitos, a política partidária “é um negócio de homens”. A mulher, em nosso país, ainda é um ser privatizado. (1982, p.16-17)

Dessa forma, pressupõe-se que há assimetria no tratamento de homens e mulheres no ambiente político institucional, e a intenção deste estudo é desvelar essa desigualdade de

maneira a entender a forma como a categoria conceitual de gênero constrói as relações de poder baseadas nas diferenças entre os sexos, e como as relações podem ser visíveis no tratamento político a partir da construção de imagem de uma mulher em um espaço que se acredita não pertencer a ela, partindo, inicialmente, da luta pela garantia de direitos políticos das mulheres e toda a sua trajetória histórica e social.

O estudo foi feito a partir de pesquisas bibliográficas de referência sociológica, de brasileiros e estrangeiros estudiosos de gênero, poder e outros temas relacionados. Foi também feita a coleta de dados históricos, tanto numéricos quanto contextuais, relacionados à mulher em triplo contexto: primeiro, na luta pela educação e pelo sufrágio feminino; segundo, nas Câmaras, Senados e Governos Estaduais e, em terceiro, no caso da ex-presidenta Dilma Rousseff, sua trajetória e desafios como líder de governo.

O primeiro capítulo desse trabalho parte dos passos iniciais da luta pela emancipação feminina, que ocorre no campo educacional. De modo a compreender a escola e o ensino como instrumento inicial da exclusão de gênero neste contexto, trabalharemos desde a fundação das primeiras escolas, à ressignificação do magistério - carreira inicialmente masculina progressivamente feminizada- e chegando, finalmente, ao Código Eleitoral de 1965, que pela primeira vez, equiparou o voto de mulheres e homens. Neste percurso histórico, procuraremos conhecer algumas mulheres pioneiras - e revolucionárias na luta pelo direito à representação político institucional - que precederam Dilma Rousseff.

Em um segundo momento, focalizaremos as implicações e consequências da conquista do voto feminino, ou seja, como o voto feminino modificou a estrutura social representativa brasileira e, principalmente, quão significativa foi essa conquista no que tange à ascensão de mulheres em espaços institucionais. Nesse capítulo veremos os dados de mulheres eleitas a partir da década de 1960, acompanhando eleição após eleição e observando a modificação de conjuntura e a entrada de cada vez mais mulheres nos espaços eleitorais. Concomitantemente a isso, há a criação de cotas de gênero, definida pelo Art. 10, parágrafo 3º, na Lei das Eleições, como uma reserva de candidaturas a cada sexo assegurando presença mínima de 30 por cento e máxima de 70 por cento dentro de cada partido. Discutiremos, assim, os resultados dessa política de inserção, e suas complexidades e particularidades em busca da efetiva representação. Para isso, utilizaremos fatos reais e atuais sobre a situação política dentro e fora dos partidos políticos, além de recorrer a autores brasileiros como Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014), bem como retomando as obras de Michel Foucault (1987) e

Pierre Bourdieu (2010), de modo a entender a dinâmica geral das estruturas de gênero e poder dentro da atualidade brasileira.

No terceiro capítulo, o foco será a primeira e até então única mulher já eleita para a Presidência da República, Dilma Rousseff. Em um panorama biográfico, assimilaremos a trajetória política da ex-presidenta até a sua chegada ao poder e sua deposição. Mapearemos, nesse estudo, os caminhos percorridos por Rousseff até as eleições que a tornaram presidenta, em 2010; destacando quem foram os(as)eleitores(as)desta e das eleições posteriores, que culminaram em sua reeleição; como se deram suas campanhas e as marcas de gênero que se pode notar nelas, e os marcadores do sexismo e da misoginia estrutural pelos quais a presidenta passou por ser uma mulher em um espaço predominantemente masculino; por fim, a análise da situação, dos atores e da conjuntura que provocaram a saída antecipada de Dilma Rousseff da Presidência.

CAPÍTULO 1. O PERCURSO HISTÓRICO PELO DIREITO AO VOTO FEMININO

Neste primeiro capítulo buscaremos compreender, em primeiro lugar, a trajetória de luta e a conquista do direito ao voto feminino no Brasil. Para isso, portanto, torna-se necessário uma pequena volta no tempo.

Primeiramente, é indispensável que ao falarmos em política, falemos, também, em educação e saber. Para compreendermos essa afirmação, iniciaremos nosso estudo com o filósofo Michel Foucault que, em *A ordem do discurso* (1996) afirma que conhecimento e poder, em um ambiente coletivo, relacionam-se. Dessa forma, os saberes legitimados trazem consigo relações de poder; a escola sendo difusora desses saberes torna-se um instrumento de dominação que molda os indivíduos de modo que eles adotem a verdade criada pela classe dominante, que ideologicamente é imposta a todas as esferas da sociedade. Pode-se compreender também, que é o conhecimento do mundo e da realidade vivida que nos permite avançar e almejar novos espaços e igualdades antes não considerados. De acordo com Nicolau (2002), até o ano de 1840, pessoas analfabetas eram proibidas de participar das eleições, tanto como candidatos quanto como eleitores – tornando a escolaridade um requisito para a participação e representação política: sem o direito da educação, as mulheres tampouco teriam o direito ao voto.

Em vista disso, percorreremos, nesse momento, a história da educação brasileira, a começar pelos seus primeiros passos no Brasil Colônia. A primeira escola no país, localizada em Salvador, no estado da Bahia, foi fundada pelos jesuítas em 1549. Sua criação veio do desejo por parte dos membros da Companhia de Jesus de catequizar os indígenas; acreditava-se que, para o sucesso da catequização desses povos, era necessário que eles tivessem acesso à escrita e leitura, ou seja, nesse momento a função das escolas era uma só: tornar os homens nativos aptos a ler e a escrever, a fim de conhecerem e praticarem a fé cristã. Mas não foi apenas na educação primária que os jesuítas investiram. Fundaram cursos como o de Letras, Filosofia, Teologia e Ciências Sagradas, sendo os dois últimos para a formação de sacerdotes. É importante frisar que até o momento em questão, as escolas e instituições de ensino citadas eram voltadas exclusivamente para jovens do sexo masculino. O acesso à educação, por parte das mulheres, era impensável e, como descreve Antunes e Dermatini (1993), a mulher deveria apenas realizar tarefas “próprias de seu sexo”, como costurar, bordar e cuidar das crianças dentro do lar.

De acordo com Ribeiro (2006), o primeiro registro da luta pelo direito à educação feminina veio de um indígena que, desejando que sua companheira também aprendesse a leitura e a escrita, pediu auxílio ao padre Manoel de Nóbrega. Este, apesar de acreditar que o processo de alfabetização feminina seria útil à manutenção da fé católica, precisava do consentimento da então rainha de Portugal, Dona Catarina de Áustria², que não corroborou a ideia por achá-la ousada demais. Ainda segundo Ribeiro (2006), a mulher era considerada um ser inferior pelos europeus ibéricos, e parte da categoria “*Imbecilitus Sexus*”, juntamente com crianças e doentes mentais. Segundo a autora, o verso: “mulher que sabe muito é mulher atrapalhada; para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada!” (Edmundo apud Ribeiro, 2006, p.5).

Nos anos seguintes após a expulsão dos jesuítas do Brasil a educação passa a ser controlada pelo Estado, e foi o Marquês de Pombal quem procurou reformular o sistema educacional para permitir que as mulheres frequentassem salas de aula pela primeira vez. Inicia-se, nesse momento, a história do ensino público provido pelo Estado, no Brasil. Contudo, a preocupação com a educação feminina não era ainda a de tornar as mulheres letradas e independentes, mas a de lapidá-las visando torná-las boas filhas, esposas e mães. Não deveriam ler ou fazer contas, mas tão somente bordar, costurar e cozinhar. Dessa forma, a educação feminina não buscava emancipá-las; mas atuava como um instrumento de dominação que realçava a divisão social de tarefas, dentro e fora do ambiente doméstico.

Com o Império (1822-1889) e a Constituição de 1824, a educação feminina com foco no estudo das letras passou a ser possível para a elite, principalmente no que se refere à iniciativa privada e às aulas particulares. Contudo, em 1827, vale registrar mais uma amarra de gênero, disfarçada de pequeno avanço para o ensino público brasileiro: a primeira legislação após a Independência do Brasil e voltada para a regulamentação do ensino primário marcava a criação das Escolas de Primeiras Letras, mas delimitava algumas especificidades excludentes na Instituição: dentre as disciplinas de leitura, escrita, aritmética, gramática e ensino moral, apenas as “menos racionais” eram direcionadas às meninas (Dermatini; Antunes, 1993), atitude de clara discriminação sexual dentro do ambiente educacional.

Mesmo com a abertura da possibilidade de as mulheres adentrarem o magistério, a segregação entre matérias “femininas” e “masculinas” continuou. De acordo com o Artigo 6º

² Reinado de 1525 a 1532, esposa do rei D. João III

da Lei 15 de outubro de 1827, os professores homens ensinavam leitura, escrita, aritmética, prática de quebrados, decimais, proporções, geometria prática, gramática, princípios morais e cristãos, doutrinas da religião católica apostólica romana, bem como leituras da Constituição do Império e da História do Brasil. As professoras, por outro lado, deveriam seguir o Artigo 12º da referida lei, substituindo o ensino de geometria, prática de quebrados, decimais e proporções pelos estudos de economia doméstica. Apesar dessas diferenças de tratamento e de prestígio dentro do ambiente educacional, o magistério havia se tornado a única possibilidade de continuidade de estudo para as mulheres e, dessa forma, cada vez mais pessoas do sexo feminino procuravam a Escola Normal³ em busca de instrução. É nesse momento, portanto, o início do processo de feminização da profissão.

No final do século passado, algumas correntes de pensamento que discutiam a existência de diferenças “naturais” entre os sexos, tais como caráter, temperamento e tipo de raciocínio, acabaram influenciando todas as medidas adotadas na área educacional, acentuando ainda mais os preconceitos e a ordem estabelecida. Segundo essas correntes, a mulher, e apenas ela, era biologicamente dotada da capacidade de socializar crianças, como parte de suas funções maternas. E, sendo o ensino na escola elementar visto como extensão dessas atividades, o magistério primário passou a ser encarado como profissão exclusivamente feminina. (Bruschini, Amado, 1988 apud Demartini, Antunes, 1993, p.7)

Em face desse processo, Guacira Lopes Louro (1997) disserta que há uma ressignificação da função de docência e, à medida que mais mulheres adentram a profissão, o magistério passa a ser visto como ofício feminino. Contudo, com a mudança de gênero predominante nas instituições educacionais, a valorização da profissão passou a diminuir gradativamente. De acordo com Demartini e Antunes (1993), uma das explicações para essa desvalorização é que se considerava que prover financeiramente a família era dever do homem, e o salário da mulher deveria ser apenas um “complemento”, justificando assim a depreciação salarial às quais as mulheres estavam submetidas. As mulheres, também, não poderiam dedicar-se integralmente à educação, uma vez que deveriam dividir-se entre o trabalho docente e a atividade doméstica.

De acordo com Louro (1997), o magistério passa a adquirir características relacionadas às mulheres e à vida doméstica, como o amor e o cuidado para com as crianças. Ser professora, nesse momento, era quase uma ação de continuidade da maternidade. O sociólogo Pierre Bourdieu (2010) observa que:

mesmo quando as pressões externas são abolidas e as liberdades formais — direito de voto, direito à educação, acesso a todas as profissões, inclusive políticas — são

³ Curso dedicado à formação de professoras e professores da educação primária

adquiridas, a auto-exclusão e a "vocação" [...] vêm substituir a exclusão expressa: a rejeição aos lugares públicos, que, quando é explicitamente afirmada [...] condena as mulheres à discriminação de espaços e torna a aproximação de um espaço masculino, como o local de assembléias, uma prova terrível, pode também se dar em outros lugares, de maneira quase igualmente eficaz, por meio de uma espécie de agorafobia socialmente imposta, que pode subsistir por longo tempo depois de terem sido abolidas as proibições mais visíveis e que conduz as mulheres a se excluírem *motu próprio da ágora* (BOURDIEU, 2012, p. 51-52)

O acesso à Escola Normal e posteriormente à faculdade aboliu a exclusão explícita das mulheres no meio acadêmico, mas a opressão implícita permanecia. Troca-se o cenário; mantém-se o roteiro. De acordo com Humerez e Jankevicius (2018), as primeiras faculdades do Brasil foram criadas a partir de 1808, após a vinda da Família Real Portuguesa, sendo a Faculdade de Cirurgia da Bahia, em Salvador, e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Somente 70 anos depois, em 1879 foi, finalmente, permitida por Dom Pedro II, a frequência de mulheres brancas em faculdades, desde que houvesse o consentimento de seus pais ou maridos. Em 1881, é assinado o Decreto Imperial que permitia o acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil, mas na prática, os empecilhos existentes tornavam seu ingresso quase impossível: os exames de aplicação para as universidades só poderiam ser realizados por homens. Dessa forma, pouquíssimas mulheres tiveram a chance de adentrar em uma faculdade brasileira e, de acordo com Lobo (1971), apenas em 1887 o país teve sua primeira mulher graduada em terras brasileiras: Rita Lobato Velho Lopes, que iniciou seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1881, aos 17 anos e formou-se, finalmente, pela Faculdade de Medicina da Bahia.

Com as mulheres cada vez mais presentes nas instituições de ensino, a luta pela autonomia feminina expandia-se e, *pari passu* também o desejo do sufrágio universal. De acordo com Nicolau (2002), no século anterior – e após a Constituição de 1824 –, podiam votar apenas homens de 21 anos, desde que casados ou oficiais do exército; homens que, independentemente da idade, fossem clérigos ou bacharéis; e homens com mais de 25 anos que tivessem renda superior a 100 mil réis anuais para serem votantes e 200 mil anuais para eleitores, atualizados, em 1846, para 200 e 400 mil réis anuais, respectivamente. Além das mulheres, eram excluídos os analfabetos (até 1842), soldados de baixa patente, indígenas, membros do clero e mendigos. Não havia, contudo, na Constituição de 1824 a proibição explícita do sufrágio feminino – o que não significava que elas possuíam a permissão ao voto. O voto feminino, embora não formalmente proibido ou permitido no texto constitucional, era ignorado pela mentalidade patriarcal em uma sociedade que ainda creditava à maioria das mulheres apenas funções domésticas. Com o passar dos anos, algumas modificações acerca

do voto no Brasil foram realizadas: a criação do título de eleitor, em 1875; a exigência de alfabetização para o alistamento de novos eleitores em 1882; e o fim da exigência de renda para o eleitorado, bem como o estabelecimento de 21 anos como idade mínima ao voto. Mas, até o momento, nada relacionado ao voto feminino.

Posteriormente, durante a elaboração da Constituição brasileira de 1891, houve certa agitação no que tange à criação de emendas e projetos que garantissem o sufrágio feminino. Segundo Karawejczyk (2013), seis emendas redigidas pelos deputados Lopes Trovão (Partido Republicano), Leopoldo de Bulhões (Partido Republicano de Goiás) e Casemiro Junior (Partido Liberal) foram apresentadas à Constituinte e todas foram rejeitadas nas primeiras e segundas discussões. Ainda segundo a autora, a proposta defendia que seriam consideradas eleitoras as mulheres diplomadas e “que não estiverem sob o poder marital, nem paterno, bem como as que estiverem na posse de seus bens”. (2013, p.87). O deputado Lacerda Coutinho (Partido Republicano Catarinense), de Santa Catarina, justificou sua contraposição ao voto feminino, dizendo: “A mulher deve ser a educadora da família, que tem de suceder-lhe nas virtudes domésticas; dar-lhe o direito de voto é privar o filho da solicitude com que a mãe sobre ele deve velar”(ANNAES, vol. II, 1926, p. 544apud KARAWEJCZYK, 2013, p.99)

Aqui, um adendo: não havia apenas a hostilidade masculina ao voto feminino. Segundo Joana Maria Pedro (1994 apud BESTER, 1997, p.16), a aversão partia também de mulheres que não possuíam intenção de autonomia política; pelo contrário, criticavam os movimentos de emancipação. Para compreendermos a origem e os motivos de tal resistência, buscaremos Simone de Beauvoir em sua magistral obra: “O Segundo Sexo”, publicado em 1949. Entende-se, através de Beauvoir, que a menina, desde a sua infância, acompanha e percebe os traços hierárquicos dentro do próprio lar. Apesar de presenciar comumente a autoridade da mãe, é a palavra do pai a soberana; é o pai que permanece à frente dos negócios da família. Enquanto a mãe se guarda em casa, o pai é o principal conhecedor do mundo fora. São os homens que são citados nas histórias que a menina lê, são os homens que lutaram em guerras e fundaram nações; os homens são os heróis, e a mãe-mulher é apenas a companheira.

O Homem é Um. A mulher é o Outro. É a transformação da alteridade em desigualdade e inferiorização da mulher que faz com que ela seja sujeito passivo, e não agente ativo. É na infância que os meninos percebem-se livres para participarem de brincadeiras com outros meninos, não raro, marcadas por uma violência que o processo de socialização

identifica como signo de virilidade; tornam-se rivais e vencedores uns dos outros. Tornam-se competitivos e ousados. E de maneira contrária, a criação das meninas mantém-nas cada vez mais presas e dependentes. “Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade.” (Beauvoir, 1980, p. 22), e quanto mais presas a essa redoma antiga e conservadora, menos são encorajadas à emancipação e à descoberta de si como Um, e não como o Outro. As meninas são ensinadas a agradecer, a servir e a cuidar para que sejam boas esposas.

Em *O Segundo Sexo*, Beauvoir (1980) traz estudos estatísticos de Havelock Ellis, apontando que “um menino em cem desejaria ser menina; mais de 75% das meninas gostariam de trocar de sexo” (1998, p. 37). Ainda na mesma linha de pesquisa, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, edição de janeiro a abril 1948, relatou a pesquisado professor português Vítor Fontes que, ao entrevistar 200 crianças alunas de dois liceus em Lisboa, notou que dentre os 100 meninos entrevistados, nenhum gostaria de ser menina. Já entre as 100 meninas, 29 disseram que prefeririam ser meninos. Em ambos os textos, as respostas e justificativas pouco variam, dentre elas: “eu não teria mais medo dos meninos”, “o homem tem mais capacidade para o estudo”, e “eles são mais livres”.

O que temos, nesse momento, é uma sociedade de homens e mulheres que pouco veem a independência feminina com bons olhos. O caráter da mulher é apresentado historicamente como prudente, e o seu espírito como o da contradição, da falta de verdade e o da imoralidade. O que parece restar às mulheres é reconhecer que o universo no qual está inserida é masculino, modelado e dirigido pelos homens; ela não nota a si mesma como igualmente responsável, porque nunca teve a liberdade de ser.

Como poderia, então, a mulher permitir-se sonhar com a própria liberdade no espaço político quando fora condicionada justamente a acreditar que esse espaço não lhe pertence? Simone de Beauvoir (1980) traz à luz o debate sobre a liberdade da mulher e como ela aparenta estar socialmente destinada à ausência da liberdade. Para as mulheres, “o mundo parece-lhe regido por um destino obscuro que seria presunçoso desafiar”. (Beauvoir, 1980, p.368).

Como modo de aprofundar a questão da inferiorização e submissão da mulher, podemos analisar o pensamento de Rousseau. Na obra “*Emílio, ou Da Educação*” (1995) é possível encontrar de maneira clara a definição de qual era, para o autor, a função da mulher a partir do prisma da dominação masculina. No livro, pela análise de Souza (2015), ao se referir

à personagem chamada Sofia, Rousseau afirma que meninas e mulheres deveriam aprender os “trabalhos de seu sexo”, como costurar os próprios vestidos, cozinhar e fazer compras, bem como exercer o papel de mordomo à mãe e assim, ao aprender a governar a casa de seus pais, aprenderia a governar a casa de seu futuro marido. De acordo com Rousseau (1995), as mulheres, quando instruídas a cumprir a função doméstica e a não ultrapassar os limites de seu sexo, teriam mais valor, tanto para elas próprias quanto para os homens.

Para o autor, as atividades às quais as mulheres tinham o direito – e o dever – de aprender deveriam ser estabelecidas pelos homens, e estes escolheriam as que eram mais convenientes aos seus próprios interesses. Em suas palavras:

[...] toda a educação das mulheres deve ser relativa ao homem. Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância. (ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*, 1995, p. 433)

Condicionadas unicamente ao espaço privado, as mulheres deveriam ser expressamente excluídas do espaço público e político, e a consideração de que homens e mulheres poderiam exercer as mesmas funções era uma “promiscuidade civil”. Não “invadir” o espaço público era um dever das mulheres, uma vez que estas estariam naturalmente condicionadas ao coquetismo, à sedução, ao desejo de agradar a seu homem. A desigualdade entre o ser masculino e o feminino nada mais seria do que a razão natural, sendo que ao homem, o “um”, caberia naturalmente a responsabilidade e a autoridade sobre o cuidado do outro, a mulher, subordinada à servidão do espaço doméstico.

Voltando a nossa sequência temporal, ganha destaque, em 1910, a sufragista e indigenista Leolinda Figueiredo Daltro. Conhecida por parte da população de Uberaba-MG⁴ da época como “a mulher do diabo” por sua luta política pela autonomia feminina, foi uma das mais importantes personalidades do ativismo político no Brasil do século XX. Nota-se que a aparente independência e “agressividade” de Daltro foram o suficiente para que ela recebesse o título equivalente ao mais alto posto da malignidade na fé cristã. A sufragista, a esta altura, segundo fora expulsa da cidade pela mesma multidão que lhe deu o infeliz apelido, mudando-se, em sequência, para a cidade de Araguari, ainda na região do Triângulo Mineiro. Apesar de atualmente essa referência maldosa à Leolinda Daltro parecer completamente antiquada, tornaremos a vê-la em nosso terceiro e último capítulo: a ativista não foi a última

⁴ Uberaba é a cidade mineira onde viveu por algum tempo, antes de retornar ao Rio de Janeiro, onde residiu até o fim da vida

mulher a ser vítima desta comparação. Dilma Rousseff passou, muitas vezes, pela mesma equiparação, senão pior. Mas, por ora, nos ateremos a Daltro.

A sufragista reuniu, em dezembro de 1910, 27 mulheres – dentre professoras, escritoras e donas de casa que se interessaram em participar de um partido que prometia inseri-las nas decisões políticas da época, e que lutavam por representação política em todos os estados e no Distrito Federal. Nasce, nesse momento, o Partido Republicano Feminino. De forma geral, o estatuto do PRF, publicado no Diário oficial de 17 de dezembro de 1910 intencionava congregar a mulher brasileira de maneira que ela pudesse cooperar como progresso da pátria; lutar pela emancipação da mulher de modo a despertar-lhe o desejo da independência, incentivando a coragem e a atuação profissional; o estudo e a criação de propostas referentes ao papel da mulher na sociedade brasileira; bem como a propagação da cultura feminina; a difusão de interesses sobre agricultura, comércio, indústria e administração pública; o fim da exploração referente ao sexo feminino, dentre outros. Em entrevista para o jornal carioca “A Noite”, Daltro debate sobre a importância do Partido Republicano Feminino e suas intenções: “Antes de tudo, dar à mulher, um lugar melhor na sociedade, como elemento de progresso, libertando-a tanto quanto possível, da escravidão e da situação de inferioridade em que vivia” (A Noite, 03/08/1934, p.2, apud Karawejczyk, 2013, p. 142)

De acordo com o Dicionário de Mulheres do Brasil (2000), o movimento iniciado pelo PRF e por Leolinda Figueiredo Daltro criou uma intensa movimentação na capital federal, além de dar visibilidade à questão da mulher na sociedade. Como exemplo, no carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro, em 1917, as três grandes sociedades carnavalescas da época (Democráticos, Tenentes do Diabo e Fenianos) mencionaram, ainda que comicamente, a luta pelo voto feminino e a imagem de Daltro. A seguir, a alegoria da sociedade Tenentes do Diabo:

‘o voto feminino’
- o eterno problema do Brasil, do sul ao norte.
O indigente trabalho de eleições, votar é difícil.
E se o sexo barbado foge às urnas,
que se dê lugar ao voto feminino.
A dona Daltro, professora antiga.
De tico-tico, p’ras gentis meninas.
Formou partido, que um ideal abriga!
- **Elas votarem... serem masculinas.**
⁵E d’alto assunto esta questão agora.

⁵ Grifo da autora.

O Brasil espera solução fadada:
-É ver seu povo, na suprema hora.
Pegando firme na mais rija espada.
(A Época, 21/02/1917, p.5 apud KARAWECZYK, 2013, p.153)

É possível perceber que, na visão da sociedade Tenentes do Diabo, as mulheres, caso votassem, tornar-se-iam masculinizadas, uma vez que se envolveriam em espaços não relacionados ao ambiente doméstico. Espaços de poder, como a política institucional, eram reservados aos homens. O voto feminino era visto, por conseguinte, como um problema para a ordem tradicional.

Percebendo a referida agitação em torno do sufrágio feminino, em junho do mesmo ano o deputado Maurício de Lacerda (PCB/RJ) apresentou à Comissão de Constituição e Justiça um projeto que defendia a extensão do alistamento eleitoral para as mulheres brasileiras, e a inclusão de mulheres no eleitorado. Quanto ao primeiro ponto do projeto, referente ao alistamento feminino, a Comissão considerou-a inconstitucional. Além disso, fora considerado que pelo aspecto social, as reivindicações sufragistas na Europa eram resultado da desordem econômica existente no continente e, por esse motivo, a considerar o ambiente nacional livre da citada desordem, o sufrágio era inadequado. Sendo negado pelos aspectos constitucionais e sociais, o projeto do deputado fora recusado. De mesmo modo, em 1919, o político e advogado Justo Pereira Leite Chermont (PR -Pará) apresentou ao Senado um projeto semelhante ao de Lacerda, em defesa de que mulheres maiores de 21 anos pudessem fazer parte do rol de eleitores brasileiros; contudo, apesar do projeto de Chermont ser considerado constitucional, foi engavetado *pela Comissão de Justiça e Legislação*. É importante ressaltar que, nesse momento, a ação de Chermont recebia o apoio direto de Leolinda Figueiredo Daltro e do Partido Republicano Feminino.

Em 1921, surge a proposta por parte de João Elysio e Raphael Cabeda (Partido Federalista/RS) de mudanças eleitorais – mas que, até o momento, nada tinham a ver com o sufrágio e o alistamento feminino. Após aprovado em primeira e segunda discussões no Parlamento, Nogueira Penido (PL/MG) e Bethencourt Silva Filho (PD/RJ) anunciaram, entre treze emendas ao projeto, a permissão do alistamento eleitoral para mulheres que soubessem ler e escrever e possuíssem a idade mínima de 21 anos; a ação, apesar de feita formalmente pelos deputados, contava nos bastidores com uma importante representante feminista em ascensão: Bertha Lutz.

Lutz, influenciada pela campanha sufragista na Inglaterra, país onde passou grande parte da juventude, fundou, em 1919, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. De acordo com Yolanda Lobo (apud Karawejczyk, 2013, p.32) a Liga possuía objetivos muito claros: segundo a carta de Bertha Lutz enviada a Harriet Chalmers Adams, em dezembro de 1920, desejava-se estudar as várias questões acerca do movimento feminista no Brasil e no exterior, bem como os seus aspectos relacionados. Ainda conforme a carta de Lutz à Adams, a ativista pretendia estudar sobre “a presença de mulheres no mundo do trabalho em lugares como escritórios governamentais, fábricas, estabelecimentos comerciais etc.” (Karawejczyk, 2013, p.170). A esta altura, Lutz procurava manter-se longe de comparações em relação à Leolinda Daltro, uma vez que a imagem de Daltro não era positivamente considerada – enquanto o feminismo da líder da LEIM era visto como “pacífico”, o Partido Republicano Feminino de Daltro, ao contrário, era considerado confrontador, agressivo, histórico.

Poucos anos depois, em 1922, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher é renomeada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. De acordo com Mourelle *et al.* (2009), dentre as mulheres convidadas por Lutz para participarem da FBPF, encontram-se nomes como Isabel Imbassahy Chermont, esposa de Justo Chermont, Jerônima Mesquita, feminista, enfermeira e filha da baronesa de Bonfim, Maria Eugênia Celso Carneiro de Mendonça, escritora e filha do conde Afonso Celso, ou seja, mulheres da elite brasileira. Ainda segundo os autores:

A FBPF se aproveitava da inserção e do prestígio social dessas mulheres e das sócias mais atuantes, buscando alcançar seus objetivos através do estreitamento das relações com os poderes estabelecidos. Tratava-se de negociar e se aliar a tais poderes, ao invés de contestá-los. Esta atitude, que pode ser interpretada como conservadora, na verdade facilitou conquistas feministas, como o voto.”(MOURELLE, Rodrigo Cavaliere *et al.*, p. 2)

De acordo com Karawejczyk (2013), e segundo o estatuto da FBPF, a Federação tinha como objetivos, de maneira ampla e generalizada, a emancipação feminina, incluindo a promoção da instrução para mulheres, a proteção de mães e crianças; o incentivo à cooperação entre mulheres, e a garantia de que as mulheres teriam acesso aos direitos políticos conferidos na Constituição.

O projeto de João Elysio Raphael Cabeda (PF/RS) com a emenda referente ao sufrágio feminino de Nogueira Penido e Bethencourt Silva, e apoiada pela LEIM não foi votado de imediato e, portanto, os deputados Francisco Joaquim Bethencourt da Silva Filho (PD/RJ), Antônio Máximo Nogueira Penido (PL/MG) e Octavio Francisco da

Rocha(PRR/RS)foram incentivados a apresentar um novo projeto de lei que permitiria o alistamento eleitoral para mulheres com idade mínima de 21 anos. Juvenal Lamartine (PR) foi o deputado designado a dar o parecer ao projeto; declarou-se favorável à equidade de votos ao considerar que este fora um direito negado às mulheres por convicções egoístas criadas e reproduzidas por homens, movidos por seus interesses próprios e de forma com que elas não pudessem abandonar o lar. Dessa forma, o projeto foi considerado pela Comissão de Constituição de Justiça como constitucional, mas não de forma unânime – deputados contrários ainda resistiam às mudanças. Para o deputado Heitor de Souza (PRM/MG), permitir que as mulheres votassem era como lançar um barril de pólvora em um incêndio; ademais, as funções domésticas de uma mulher não eram consideradas compatíveis com as funções da vida política.

E quando tudo parecia promissor para a conquista do voto feminino, Artur Bernardes (PRM), que era contrário ao sufrágio feminino, chega ao poder como o décimo segundo presidente do Brasil. Segundo Branca Moreira Alves (apud Karawejczyk, 2013, p. 235) “com a eleição de Arthur Bernardes [...], conhecido opositor do voto feminino, os defensores desta ideia preferem seguir cautelosamente, esperando ocasião mais propícia para nova discussão”, o que possivelmente justifica o “engavetamento” dos dois projetos a favor da emancipação política das mulheres.

Em 1924, mais um projeto criado – dessa vez pelo deputado Basílio de Magalhães (PRM)–que apesar de defender o voto feminino, argumentava que a mulher eleitora deveria obter consentimento do marido, se casada. E se solteira, deveria comprovar renda própria com a qual fosse capaz de sobreviver. Essas condições causaram revolta contra a FBPF, uma vez que, segundo a Federação, a necessidade de permissão do marido era algo injusto e inconstitucional (A Noite, em 01/01/1925, p.5, apud Karawejczyk, 2013, p. 286). Meses depois, em agosto do ano de 1925, outra tentativa de incluir as mulheres nascidas no Brasil no rol de eleitores no país: o senador Muniz Sodré (PRD/BA) apresentou ao projeto 19 de 1925 uma emenda que garantiria à mulher todos os direitos políticos de um cidadão brasileiro. Mais uma vez, apesar de declarado constitucional, foi considerado em “momento não oportuno”.

O ano de 1926 trouxe consigo a eleição do presidente Washington Luiz (PRP). O paulista, que se posicionava publicamente a favor do voto feminino, reuniu-se com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e, segundo Bertha Lutz, o então presidente defendeu que não deveriam existir limitações de direitos baseadas no sexo e, portanto, a FBPF

poderia contar com seu apoio na questão política sufragista, o que de fato ocorreu. Com um governante simpático ao direito político das mulheres, em novembro de 1927 o projeto de 1919 Chermont – falecido no ano anterior – é retomado para discussão, juntamente com uma petição criada pela Federação de Lutz que, com duas mil assinaturas, pedia apoio à luta pelos direitos das mulheres (ARQUIVOS, 1975, p.1 apud Karawejczyk, 2013,p. 295).

O principal argumento levantado nessa proposição era o de que o princípio do regime democrático exigia que todos participassem da elaboração e votação das leis. [...] Outro argumento apresentado era o de que a mulher deveria ser colaboradora do homem e, portanto, deveria dividir a responsabilidade da escolha política com ele e não deixar que ele a representasse(KARAWEJCZYK,2013,p. 295)

Dessa forma, a FBPF, afirmava que votar era uma obrigação, e de todo cidadão, e não um privilégio de alguns. Concomitantemente a isso, que ocorria em âmbito nacional, em esfera estadual, uma vitória: em outubro de 1927, o estado do Rio Grande do Norte se tornava pioneiro na representação política institucional das mulheres⁶. A lei estadual nº660, artigo 77 das Disposições Gerais do Capítulo XII, decretada pelo governador do Rio Grande do Norte, José Augusto Bezerra de Medeiros (PRF), determinou “No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei” (Casimiro Neto, 2003, p.365). Mais uma vez, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino juntamente com Juvenal Lamartine (PR) participaram ativamente dos bastidores da conquista.

Em novembro de mesmo ano, a professora Celina Guimarães Viana, à época, com 29 anos, tornou-se a primeira mulher habilitada a votar em todo o país. Dois dias depois, uma nova habilitação: Júlia Alves Barbosa, também no estado do Rio Grande do Norte. Assim, na primeira eleição pós-1927, em 5 de abril de 1928, 21 mulheres puderam votar nas cidades de Mossoró, Acari, Apodi, Natal e Pau dos Ferros. Segundo Juliano Freire (s.d), nesse momento, Júlia Alves Barbosa não só foi eleitora, mas também eleita: conquistou a posição de vereadora na Câmara Municipal de Natal, assim como Joana Cacilda de Bessa, na pequena cidade de Pau dos Ferros.

⁶ Não havia, nesse momento no Brasil, uma legislação eleitoral vigente em todo o território nacional, mas apenas legislações estaduais. Devido a isso, a conquista do direito de voto pelas mulheres e de serem votadas, no Rio Grande do Norte, foi um avanço local.

A conquista⁷ feminina potiguar encorajou a FBPF na luta pelo voto universal feminino no Brasil, visto que, apesar de que mais uma vez engavetado o projeto de Justo Chermont (Rodrigues, 1982, p. 195 apud Karawejczyk, 2013, p. 151), a Federação buscava se reinventar em seu formato de campanha, de modo a divulgar seus ideais e objetivos políticos pelos mais diversos meios: da propaganda via rádio ao lançamento de folhetins por vias áreas, de artigos de imprensa a palestras, tudo foi utilizado pelas sufragistas que desejavam a emancipação política (Karawejczyk, 2013). Em 1929, outra conquista: o estado do Rio de Janeiro permitiu que Francisca de Gaya, de São João da Barra, entrasse para o rol de eleitores da cidade.

No ano seguinte, com a Revolução de 1930 e o fim da República Velha, o cenário político e social mudou. No que tange à nossa temática, ainda segundo Mônica Karawejczyk (2013), Getúlio Vargas (PRP), então chefe do Governo, nomeou uma subcomissão legislativa que visava, a partir de uma análise detalhada e reformista do sistema eleitoral, a inclusão das mulheres na esfera eleitoral. Como resultado, em 24 de fevereiro de 1932, surge o primeiro Código Eleitoral do país. De acordo com o decreto nº 21.076, Art. 2º, “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.” Nesse documento, três classes foram excluídas da possibilidade de voto, como rege o Art. 4º: os mendigos, os analfabetos, e militares de baixa hierarquia que não frequentaram escolas militares de ensino superior. A partir dessa data, as mulheres letradas e maiores de 21 anos passaram a ter direito ao voto. Elas podiam, finalmente, participar da escolha de seus representantes, mas com algumas ressalvas: de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, o voto era permitido apenas para mulheres casadas e que obtivessem autorização de seus maridos, além de viúvas que comprovassem renda própria – limitações essas que só deixariam de existir dois anos depois, com a inclusão do sufrágio feminino na Constituição Federal. Em maio de 1933, a médica, escritora e política Carlota Pereira de Queiroz (indicada pela ACF para a “Chapa Única São Paulo Unido!”), foi eleita a primeira deputada federal do país na Assembleia Nacional Constituinte, tornando-se autora de projetos de criação de serviços de assistência social.

Contudo, com o fim do Governo Provisório (1930-1934) e do Governo Constitucional (1934-1937) e o surgimento do Estado Novo (1937-1945) o cenário mudou: todos os direitos políticos dos cidadãos brasileiros foram suspensos, juntamente com a possibilidade de participação política institucional, de acordo com Chaia (2010). Como retrata a autora:

⁷A título de curiosidade: Durante a apuração de votos constatou-se que dentre as mulheres eleitoras, 15 votaram no candidato para o Senado Juvenal Lamartine, que havia renunciado. A Comissão de Poderes do Senado decidiu então anular o voto das 15 mulheres. (apud KARAWEJCZYK, 2013, p.299)

O argumento utilizado pela corrente autoritária que detinha o poder era de que faltava capacidade e maturidade ao povo brasileiro e que somente esta elite política poderia representar e construir a nação brasileira. Todos os cargos eletivos foram eliminados, a escolha dos governadores e prefeitos passou a ser comandada pelo governo central, e o Poder Legislativo, em todas as esferas, foi fechado. (CHAIA, 2010, p. 3)

Nota-se, nesse trecho, o caráter elitista que possuíam os políticos do século XX. Classes desprivilegiadas economicamente eram vistas como incapazes de tomarem boas decisões para si e para o país. A sociedade política brasileira era, então, massivamente representada apenas pela elite, que se apossava de todos os espaços de poder e recusava-se a permitir a entrada de grupos sociais heterogêneos que não agiriam de acordo com os desejos pessoais e econômicos dessa classe.

O fôlego da democracia e do sufrágio só foi reanima do com a deposição de Getúlio Vargas e o fim de seu governo e, em 1946, segundo a Constituição daquele ano, o voto das mulheres deixou de ser facultativo e passou a ser obrigatório, exceto para maiores de 65 anos e mulheres que não possuíam carreiras lucrativas. Quatro anos depois, nas eleições de outubro de 1950, o país elegeu a sua segunda deputada federal: Ivete Vargas (PTB), sobrinha-neta de Getúlio Vargas (PTB/RJ), que permaneceu no Congresso Nacional por mais cinco mandatos consecutivos.

Dezoito anos depois, o Brasil entraria em um de seus períodos mais sangrentos e repressivos social e politicamente de sua história: A ditadura civil-militar.

CAPITULO 2.DA CONQUISTA DO DIREITO DE VOTO FEMININO À ELEIÇÃO DA 1ª MULHER PRESIDENTA DO BRASIL

Entre abril de 1964 a março de 1985, o Brasil esteve imerso na ditadura. Instaurada por militares que derrubaram o então presidente João Goulart (PTB), a Ditadura Militar responde, segundo relatório elaborado pela Comissão Nacional da Verdade em 2014, por 434 mortes e desaparecimentos. O número de torturados no mesmo período é ainda maior: 20 mil, de acordo com a *HumanRightsWatch*. O primeiro presidente do regime foi o general Castelo Branco (Arena) eleito através de eleições indiretas em abril de 64, dois dias após a emissão do Ato Institucional nº1 que delegava aos comandantes das Forças Armadas o “poder de suspender direitos políticos e de cassar mandatos legislativos”. Concernente à nossa temática, nas eleições - em novembro do mesmo ano - cinco mulheres foram eleitas deputadas federais:

Ivete Vargas (PTB/RJ), Julia Vaena Steinbruch (MDB/RJ), Maria Lúcia Melo de Araújo (MDB/AC), Nísia Carone (MDB/MG), Lígia Doutel de Andrade (MDB/SC). No entanto, apenas Neci Novais (BA), que se elegeu pela Arena, concluiu o seu mandato pois as outras tiveram os seus registros cassados por conta do AI nº 05, baixado em 13 de dezembro de 1968. (SCHUMAHER; CEVA; 2015,p. 116)

Em seguida ao AI-1, Castelo Branco trouxe à luz o Ato Institucional nº 5, ou AI-5, de 13 de dezembro de 1968. Ele contou com 12 artigos e suspendeu o *habeas corpus* para crimes políticos, bem como permitia a intervenção federal para além dos limites da Constituição. Direitos políticos foram suspensos, direitos públicos e privados tornaram-se restritos e mandados eletivos foram cassados. O Congresso Nacional foi fechado e o Presidente da República tinha poder para decretar estado de sítio em período pré-determinado.

Nas eleições seguintes, ainda de acordo com Schumacher e Ceva (2015), em 1970 apenas uma mulher foi eleita como deputada no Congresso Nacional, sendo ela Neci Novais, da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Quatro anos depois, novamente apenas uma mulher foi eleita deputada federal, Lygia Lessa Bastos, também pela Arena. Em novembro 1978, um pequeno avanço: dessa vez, quatro mulheres foram eleitas ao Congresso: Júnia Marise Azeredo Coutinho (MDB/MG), Lygia Lessa Bastos (Arena/RJ), Lúcia Daltro de Viveiros (MDB/PA) e Maria Cristina de Lima Tavares Correia (MDB/PE).

Nesse momento, entre o final da década de 1970 e 1980, há o processo de redemocratização do Brasil. *Pari passu* ao crescimento das insatisfações econômicas, políticas e sociais no país, a resistência ao regime ditatorial também se espalhava pela sociedade. O declínio da qualidade de vida, o aumento do desemprego, da violência, da inflação e da dívida externa brasileira levou, segundo Dias (2015), as camadas mais

vulneráveis a desejarem um novo sistema de governo que acabasse com tantas dificuldades enfrentadas. Apesar de alguns grupos de brasileiros (as) terem se beneficiado do “milagre econômico” promovido pela ditadura, a desigualdade social aumentava, e os mais pobres sofriam cada vez mais com a situação do país.

Dessa forma, em uma tentativa de conter as agitações em massa, em 1980, durante o governo de João Figueiredo (1979 – 1985), foram determinadas eleições diretas para governador, para as eleições seguintes, em 1982. É nesse momento também que o AI-5 é revogado, e o Movimento Democrático Brasileiro e a Arena são reformados, transformando-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro e Partido Democrático Social, respectivamente. É criado o Partido dos Trabalhadores (PT), juntamente com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Popular (PP), e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). É nesse contexto que repercutem, entre a população, as mobilizações por eleições presidenciais diretas, tal como o movimento *Diretas Já!*⁸. Ainda, o deputado Dante de Oliveira (PMDB) apresenta ao Congresso Nacional um projeto de lei que determina eleições diretas à Presidência em 1985. Contudo, apesar da grande adesão popular, o projeto foi rejeitado, e apenas quatro anos depois, com a promulgação da Constituição da República de 1988, o voto direto para a Presidência seria implementado no Brasil, juntamente com a possibilidade de jovens de 16 e 17 anos votarem, além de analfabetos e idosos de mais de 70 anos. A alternativa de eleição indireta, para a Presidência e Vice-Presidência da República, passou a existir apenas em caso de vacância de ambos os cargos nos dois últimos anos do período de governança da chapa. Como regra, a partir dessa Constituição, a eleição seria direta.

Nas primeiras eleições após a redemocratização o número de mulheres eleitas deputadas dobrou. Contudo, ao analisar o Anuário Estatístico do Brasil – 1982, os deputados federais eleitos naquele ano, somando todos os estados, foram contabilizados 479, divididos pelas legendas do PDS, PDT, PT, PTB e PMDB. Desses 479, 1,67% eram mulheres: Bete Mendes (PT/SP), Cristina Tavares (PMDB/PE), Irma Passoni (PT/SP), Ivete Vargas (PTB/SP), Júnia Marise (PMDB/MG), Lúcia Daltro de Viveiros (PDS/PA), Mirtes Bevilacqua (PMDB/ES), Rita Furtado (PDS/RO). Quanto à Presidência da República, Tancredo de Almeida Neves (PMDB) foi o presidente escolhido, em eleição indireta, pelo

⁸ Movimento que mobilizou milhares de brasileiros entre 1983 e 1984. Seu objetivo era o fim das eleições indiretas para o cargo de presidente do Brasil, estabelecendo eleições diretas.

Colégio Eleitoral. Seu vice, José Sarney (PMDB), e foi que assumiu o cargo um mês após a eleição, em virtude do falecimento de Tancredo.

Posteriormente, em 1986, dos 487 deputados federais eleitos, 27 eram mulheres, ou seja, apenas 5,54% do plenário da Constituinte. Nesse ano, o estado do Acre teve a primeira governadora do país: Iolanda Fleming, inicialmente eleita como vice-governadora em 1982, pelo PMDB. Com a saída do líder da chapa, Nabor Júnior (PMDB), Fleming assumiu efetivamente o posto até maio de 1987. Vale lembrar que, nesse momento, seis dos 27 estados brasileiros ainda não havia sequer eleito uma deputada federal, tampouco governadora, sendo eles Alagoas, Maranhão, Paraíba, Tocantins, Pará e Sergipe.

Devido a Constituição de 1989, o início da década de 1990 foi marcado por uma novidade política. Pela primeira vez desde o golpe militar de 1964, um civil foi eleito por voto popular: Fernando Collor de Mello (PRN). O político, porém, permaneceu no poder por cerca de dois anos até ser afastado da Presidência, denunciado por seu irmão por crimes de responsabilidade. Após renunciar ao cargo por meio de uma carta, em dezembro de 1992, quem assumiu o mandato foi seu vice, Itamar Franco (PL). No mesmo ano em que Collor tomara posse, 30 mulheres foram eleitas à Câmara de Deputadas, e quatro ao Senado Federal do Brasil. Dois anos após a eleição que a tornou deputada federal, Etevalda Menezes (PMDB/ES), participou, como relatora, da Comissão Parlamentar de Inquérito de violência contra a mulher. Como narram Schumacher e Ceva:

O marco inicial foi a Eco 92 (no Brasil), passando pela Conferência Mundial de Direitos Humanos (em Viena, em 1993), na qual foi elaborada a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, culminando na Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo, em 1994) e na Conferência Mundial sobre as Mulheres. O processo de preparação dessas conferências fortaleceu os movimentos e suas articulações em todo o mundo e, no Brasil, a Conferência Mundial da Mulher abriu a oportunidade para a criação de uma articulação de mulheres brasileiras, reunindo fóruns e grupos já existentes, além de estimular a criação de novos espaços de debate em todo o país. (SCHUMACHER, CEVA, 2015,p.187)

Contudo, aqui, devo relatar uma divergência de dados: enquanto na obra “Mulheres no Poder”, de Schuma Schumacher e Antonia Ceva (2015), são citadas 30 mulheres eleitas (6,2% do total), para o ano de 1990, no livro “Mais Mulheres na Política”, disponibilizado pela Procuradoria Especial da Mulher, Senado Federal, Secretaria da Mulher e pela Câmara dos Deputados, o número é de 29, em uma porcentagem de 6,0%. O número de senadoras também

apresenta variação: no primeiro caso seriam quatro, como anteriormente citado; no segundo, duas.

No espaço do executivo nacional, o Brasil viu, pela primeira vez, uma mulher tomar frente à corrida eleitoral de seu partido e tornar-se candidata à presidência: Livia Maria Lêdo Pior de Abreu (PN). A mineira obteve 179.922 votos, na proporção de 0,26%, ficando atrás de outros 15 candidatos do total de 22, entre eles Luís Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT) e Ulysses Guimarães (PMDB).

A mesma discrepância de dados nas eleições de 1989 ocorre nos registros das eleições de 1994, quando as autoras citam 41 deputadas federais eleitas, e a Procuradoria Especial da Mulher, 32. No caso de senadoras, as autoras citam oito, e a Procuradoria quatro. A se tratar das eleições de 1994, devido à grande divergência de dados e para consenso, consideraremos as informações fornecidas pela Procuradoria. Dessa forma, considerando que nas eleições de 1994, 32 mulheres foram eleitas, em uma rápida conta percebe-se a desigualdade entre mulheres e homens presentes na Câmara dos Deputados: do total de 533, as mulheres não chegam a 10%.

Ainda nas eleições de 1994, uma vitória feminina no poder executivo: Roseana Sarney (PFL/MA), com 47,18% dos votos válidos, tornou-se a primeira governadora diretamente eleita no país, e a segunda a assumir o posto. A socióloga ainda venceria duas outras eleições para o governo do Maranhão em 1998 e 2010, além de assumir também o principal cargo executivo no estado do Maranhão no ano de 2009, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, pelo afastamento do governador eleito em 2006, Jackson Lago (PDT).

No ano seguinte, Marta Suplicy (PT/SP) propôs a “Lei das Cotas”, válida para as Câmaras Municipais. De acordo com o Art. 11º da Lei 9.100/95, parágrafo 3º, “vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres”. É importante citar que, de acordo com Araújo (2001), existem dois tipos de cotas na representação político-institucional: a primeira são as adotadas voluntariamente pelos partidos políticos, como os países escandinavos e europeus, e as segundas são as adotadas via legislação, ou seja, que tornam as cotas obrigatórias dentro dos partidos de determinado país. Dentro dessa segunda categoria:

Existem aquelas que incidem diretamente sobre o parlamento, através de uma reserva de assentos a serem ocupados pelas mulheres [...] e existem ainda as que se aplicam às eleições, isto é, incidem sobre as listas eleitorais que os partidos irão

apresentar através de um percentual mínimo de reserva das vagas para as mulheres ou para cada sexo (ARAUJO, 2001, p. 233)

No primeiro caso, ainda segundo a autora, são modalidades adotadas em países na Ásia e no Norte da África. O segundo caso é, finalmente, o Brasil. Dois anos após a proposta de Marta Suplicy e a aprovação da Lei de Cotas, surge uma movimentação para a criação de um sistema eleitoral unificado – chamado, posteriormente, de Lei das Eleições, e pautado pela Lei 92.504/97. De acordo com Araújo (2001), a solidificação das cotas que buscavam o equilíbrio de gênero no ambiente político institucional não gerou tantos conflitos, tendo sido uma discussão pacífica. Sendo assim definido, em âmbito nacional: Art. 10, parágrafo 3º: “Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”.

Para compreender o impacto do sistema de cotas no sistema eleitoral brasileiro, é necessário analisar os dados acerca dos cargos ocupados por mulheres no Poder Legislativo e no Executivo. Em termos numéricos, as cotas representaram um pequeno aumento da quantidade de mulheres candidatas à Câmara de Deputados Federais. Como relata Araújo (2001), o aumento percentual de mulheres na corrida eleitoral saltou de 6,15% em 1994, para 10,35%, em 1998, após a instauração oficial das cotas. O resultado das eleições, contudo, não produziu significativa mudança na proporcionalidade da representação política feminina e masculina. As deputadas federais eleitas naquele ano somaram 29, sendo apenas 5,7% dos eleitos. No Senado, os números foram parecidos: apenas duas mulheres foram eleitas senadoras, sendo 7,413% do total.

Garantir a existência do espaço, por si só, não garante representatividade legítima, e exemplo disso é a questão das fraudes de candidaturas de mulheres que apesar de parecerem verídicas, nada mais são do que “candidatas laranjas”. O termo é geralmente utilizado para denominar indivíduos que registram a candidatura, por vontade própria ou não, para instituições, empresas ou indivíduos de maneira ilegal. No ambiente eleitoral, as “candidatas laranjas” são mulheres⁹ que, sem a intenção de realmente concorrer a um cargo político, são cadastradas no rol de candidatas de um determinado partido para que a cota mínima de 30% seja atendida. De acordo com Calheiros, Brasil e Ignácio (2020), as candidaturas femininas

⁹Candidatos laranjas homens também existem. Contudo, nesse momento há o enfoque nas candidatas mulheres, uma vez que a candidatura laranja delas pode ser compreendida como um instrumento para burlar a cota mínima de mulheres candidatas.

fraudadas funcionam a partir do convite de um partido político que, por não alcançar verdadeiramente a porcentagem mínima de participação feminina, procura por mulheres que muitas vezes são das classes economicamente mais vulneráveis e oferecem ajuda financeira para que elas participem das eleições, seja emprestando seus nomes ou concorrendo, mas sem campanha e fundo partidário.

Quando há a comprovação de fraude de candidaturas, o procedimento jurídico é a cassação do mandato da candidata (quando eleita), juntamente com a anulação de todos os votos conquistados por aquela legenda, além de uma nova contagem do quociente partidário e eleitoral. No entanto, essa ação raramente ocorre, uma vez que os TREs não costumam considerar que a ausência de votos de uma candidata seja o suficiente para configurar fraude.

Além disso, uma modificação na referida lei pode significar parte da explicação pelas quais as cotas não parecem demonstrar significativos resultados, uma vez que a alteração permite que cada partido ou coligação tenha o direito de registrar um número de candidatos (as) em cerca de quase o dobro (150%) do número de lugares disponíveis a serem preenchidos em eleição, seja para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, assembleias legislativas e câmaras municipais. Essa medida, para Grossi e Miguel (2001), acabou por diminuir o impacto da lei de cotas, uma vez que a competição eleitoral aumenta. Além do mais, a questão cultural também parece fazer parte da pauta da ineficácia desses resultados, uma vez que, de acordo com as autoras, há internalização por parte das próprias mulheres da concepção de que o mundo político não pertence a elas – o poder e o espaço público caberiam ao homem; o espaço doméstico, às mulheres.

No debate de Miguel (2014), compreende-se que os resultados de inclusão das mulheres na atmosfera da política institucional não serão satisfatórios apenas com a “abertura dos portões” ou do incentivo moral, mas torna-se necessário o ato de “empurrar” as minorias marginalizadas para dentro do campo de decisão e de poder legal. A política de cotas é um considerável e importante passo, mas sua eficácia ainda não está próxima do necessário. No ano de 2020, a *Inter-Parliamentary Union* e a ONU divulgaram o Mapa Global de Mulheres na Política, referente aos dados de mulheres em cargos políticos em 193 países, sendo eles na área executiva, governamental e parlamentar. No que tange ao parlamento, o Brasil ocupou a 140ª posição, sendo o pior país da América Latina no ranking.

Pierre Bourdieu (1983) discute o conceito de campo como sendo um espaço de possibilidades e acontecimentos, configurado a partir das posições estruturais nas quais os agentes se encontram. Esse espaço possui características sociais pautadas na posse de capitais seja ele o capital econômico, simbólico ou cultural. Isso significa que os agentes nele inseridos ocupam posições hierárquicas diferenciadas, configurando-se como dominantes e dominados. De acordo com Lima (2010), “o campo é estruturado a partir das relações de poder, que se traduzem em uma oposição de forças”, forças essas que acabam por girar em torno dos interesses específicos dos dominantes, de maneira a manter aquela organização de dominação, ou de criar uma nova. A política é, dessa forma, um campo construído através do padrão masculino, nos quais os homens são os dominantes, e as mulheres, as dominadas, sujeitas a maiores dificuldades.

Esses obstáculos podem ser a disponibilidade de bens materiais, como maior quantidade de verba disponível para campanhas eleitorais de pequenas candidatas; o tempo livre, posto que a mulher brasileira tende a enfrentar a chamada “dupla jornada”, cuidando do lar e dos filhos ao mesmo tempo em que tenta se dedicar à política; e ainda, de acordo com Luis Felipe Miguel (2014), os grupos dominantes são melhor treinados em relação à produção de um discurso adequado ao cargo político. Por fim:

Os interesses do grupo dominante são mais facilmente apresentados como interesses universais, o que é outro efeito do “imperialismo cultural” – a cultura e a vivência do grupo dominante são universalizadas e vistas como a norma. A defesa dos direitos das mulheres é uma pauta “específica”; os homens podem falar pela coletividade geral. (MIGUEL, Luis Felipe, 2014, p. 106).

Para além da categoria conceitual campo, Pierre Bourdieu (1989) e Michael Foucault (1987) procuram discutir e definir concepções acerca do poder. Para Bourdieu (1989), o poder simbólico é relacionado à dominação. Conceito atrelado ao de poder é a violência simbólica, caracterizada como uma violência tida como invisível para as vítimas, atuando de modo simbólico tanto na comunicação quanto no conhecimento. O poder simbólico, notório do exercício da violência simbólica, é marcado pela especificidade de construção da realidade no que tange à organização de instituições, valores, costumes e a hierarquia social. Para Rosa (2017) “o poder simbólico ‘faz ver e faz crer’, transforma a visão e a ação dos agentes sociais sobre o mundo – e desse modo, o mundo.”(p. 6, 2017)

Dessa forma, de acordo com Bourdieu (1989) o poder simbólico é exercido a partir da cumplicidade dos que decidem não o ver como repressivo, ignorando-se sua natureza opressora – assim, ao mesmo tempo em que o poder é legitimado, ele é intangível,

impalpável, visto apenas sob a ótica analítica. Sob o poder simbólico encontra-se o campo da luta de gênero e de classe, camadas dominantes utilizam-se desse poder simbólico e impõem seus interesses e valores. Para compreender como ocorre essa dominação de classes – e gênero –, Bourdieu traz o conceito de *habitus*, referente às imposições, aos encaminhamentos previamente adquiridos e que se alojam no inconsciente, transformando os desejos, as intenções, os gostos pessoais e os valores de cada pessoa de forma hierárquica. Essas imposições inconscientes guiam as ações do indivíduo e, no que tange ao nosso objeto de estudo, da mulher.

A herança social, ou seja, aquilo que nos é passado através do espaço no qual estamos inseridos e a classe a qual pertencemos transforma nossa participação social e nossa forma de pensar sobre nós mesmos. Essa classificação da sociedade é instrumentalizada através das instituições, como a escola, a família, o matrimônio e a igreja, e são fundamentais para a manutenção da opressão.

No Seminário Mulheres na Política – Mulheres no Poder, cuja principal proposta fora avaliar as experiências iniciais após a implementação da política de cotas, quando debatido sobre a temática de poder, é notável que para parte das mulheres presentes o poder é uma questão de gênero: o poder é masculino. Para a deputada federal Luiza Erundina (PSB/SP), fomos educadas a não gostarmos do poder e a acreditarmos que é algo feito para os homens. Em suas palavras:

Até utilizamos um mecanismo psicológico para justificar este fastio, esta falta de apetite pelo poder, dizendo que é coisa pouco nobre, de homem, que cede à corrupção e à imoralidade, fazendo concessões éticas. Dispensamo-nos, assim, do esforço de disputá-lo e conquistá-lo. (Deputada Federal Luiza Erundina PSB/SP, apud Grossi e Miguel, 2001, p. 186)

Não obstante, falta também o apoio por parte dos partidos, tanto para lançar a candidatura quanto para financiar a campanha eleitoral. A deputada federal Maria Elvira (PMDB/MG) no Seminário Mulheres na Política exemplifica a situação ao dizer que não havia nenhum outro concorrente, além dela, apto a disputar as eleições da Câmara dos Deputados pelo partido ao qual pertence, mas este preferiu apoiar a candidatura – de um homem – de outro partido. O sentimento da deputada, nesse caso, foi de que para as mulheres é permitido e esperado que fiquem “para trás”, em detrimento do avanço masculino. Isto posto, percebe-se que, apesar da implementação de políticas afirmativas na Lei das Eleições, não há garantia de equidade de gênero no espaço político institucional brasileiro, uma vez

que, mesmo que os partidos cumpram com lista de 30% de candidatas mulheres em eleições, não significa que haverá mulheres ocupando os cargos em disputa.

A dissociação dos espaços público e privado, para Biroli (2014), significa que, por uma série de questões da universalidade da esfera pública, a esfera privada é isolada da esfera pública, retirando assim o caráter político da mesma. O que é privado e o que é público tornam-se distintos e não correlacionados. O privado trata-se, dessa forma, apenas do que é íntimo e secreto perante o externo, e na divisão de tarefas proveniente dos estereótipos de gênero, este acaba por ser o lugar da mulher; o público, por sua vez, é a razão e o universalismo, o espaço do homem. Qualquer outro comportamento que não se enquadre nessa dicotomia espacial de gênero e espaço deveria ser considerado um desvio e uma falha de comportamento.

A preservação da esfera privada em relação à intervenção do Estado e mesmo às normas e aos valores majoritários na esfera pública significou, em larga medida, a preservação de relações de autoridade que limitaram a autonomia das mulheres. (BIROLI, Flavia, 2014, p. 32)

A compreensão da esfera pública e da esfera privada como espaços sociais diferentes é objeto principal para perceber as consequências existentes até hoje no âmbito das instituições políticas, e nos auxiliam na interpretação de dados que demonstram a sub representação da mulher em cargos políticos no país. Nesse caso, de acordo com Biroli (2014), o feminismo é alente que mostra que esses espaços, ao contrário do que se imaginava nas gerações passadas, podem descolar-se um do outro quando há o interesse verdadeiro da criação de uma sociedade igualitária e democrática, solidificando que o pessoal também é político.

Retornando às eleições de 1998, Roseana Sarney foi eleita pela segunda vez como governadora do Maranhão, sendo a primeira mulher a se reeleger para o cargo de chefe de um estado. Apesar das eleições para a Presidência da República, o país teve sua segunda mulher na disputa do cargo: a paulista Thereza Ruiz, do PTN, arrecadou 166.138 votos, sendo a décima colocada entre doze candidatas.¹⁰

Após a virada do milênio, conforme dados do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (2002), o número de mulheres eleitas deputadas federais em 2002 quase dobrou. O pleito contabilizou 42 eleitas entre os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito

¹⁰O presidenciável eleito neste ano foi Fernando Henrique Cardoso, com quase 36 milhões de votos válidos. Entre os outros candidatos estavam Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PPS).

Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. Esse número significa 8,2% dos 513 eleitos. Dentre esses números, o estado de São Paulo e Rio de Janeiro elegeram mais mulheres, no total de seis, cada estado, na Câmara dos Deputados, e Rio Grande de Sul vem logo atrás com quatro.

O artigo ainda traz uma informação importante sobre a quantidade de eleitas por partido: o Partido dos Trabalhadores, nesse ano, elegeu quatorze deputadas à Câmara. Em contrapartida, o PPB, antigo ARENA, apenas uma, o que vai ao encontro da tese de Araújo (2001) de que os partidos considerados de direita elegem menos mulheres que os partidos tradicionalmente de esquerda. No que se refere ao Senado Federal, os números também aumentaram consideravelmente, sendo oito eleitas (14,8% do total de senadores), além das duas eleitas anteriormente que continuaram seus mandados, totalizando dez cadeiras femininas no Senado. Ainda em 2002, o número de governadoras também foi maior: Rosinha Garotinho (PSB/RJ) foi a primeira mulher eleita ao governo do Rio, e Wilma de Faria (PSB/RN), a primeira mulher a comandar o estado do Rio Grande do Norte.

Nas eleições seguintes, outro aumento no número de governadoras, e um recorde que perdura até os dias de hoje. Yeda Crusius (PSDB/RS), Ana Júlia (PT/PA) e Wilma de Faria (PSB/RN) foram eleitas. Quanto à Câmara de Deputados e ao Senado, de acordo com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, foram eleitas 45 deputadas federais (em porcentagem aproximada de 8,8%) e quatro novas senadoras.

Em 2010, a Câmara dos Deputados registrou 45 mulheres eleitas, e o Senado, sete, em uma relação de 13%. Dois governos estaduais conquistaram uma mulher no poder: Roseana Sarney (PMDB) pelo Maranhão, e Rosalba Ciarlini (DEM), no Rio Grande do Norte.

No espaço executivo nacional, uma incrível novidade: O Brasil teve, finalmente, uma mulher no principal posto de poder do país, Dilma Rousseff. Foram nove candidatos na corrida eleitoral no primeiro turno, sendo eles Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB), Marina Silva (PV), Plínio (PSOL), Eymael (PSDC), Zé Maria (PSTU), Levy Fidelix (PRTB), Ivan Pinheiro (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO), votados por quase 136 milhões de eleitores, sendo 101.590.153 votos válidos.

Dilma arrecadou 47.651.434 dos votos, resultando em uma relação de 46,91%, contra 33.132.283 de José Serra, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral. Os estados nos quais a

então candidata sobressaiu foram: Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Tocantins, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Já em Roraima, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina votaram, em sua maioria, em José Serra; e o Distrito Federal, em Marina Silva. Desse modo, no segundo turno, o embate foi entre Dilma (PT) e José Serra (PSBD) e, às 20h13 do dia 31 de outubro de 2010, o então presidente do TSE, **Ricardo Lewandoski, anunciou: O Brasil teria, finalmente, sua primeira mulher na Presidência do país**¹¹. Dentre os 135.803.366 votos apurados, Dilma Rousseff recebeu 55.752.529 votos, em porcentagem de 56,05, e seu adversário 43.711.388, em porcentagem de 43,95. Os votos válidos somaram 99.463.917; os nulos, 4.689.428; as abstenções 29.197.152 e os brancos 2.452.597, resultando em mais de 135 milhões de eleitores.

Posteriormente, nas eleições de 2014, mais um pequeno aumento em relação à representatividade feminina na Câmara de Deputados, elevando o número de 45 para 51 mulheres eleitas, mas somando apenas 9,9% das cadeiras totais, uma vez que foram eleitos ao todo naquele ano 513 deputados federais. No Senado Federal, decréscimo; apenas cinco mulheres foram eleitas senadoras naquele ano, totalizando 18,5% das cadeiras em disputa. Uma mulher conquistou o cargo de governadora: Suely Campos (PP/RR/).

No executivo federal, Dilma Rousseff foi reeleita à Presidência da República. No primeiro turno, a petista enfrentou 10 adversários: Aécio Neves (PSDB), Eduardo Jorge (PV), Eymael (PSDC), Levy Fidelix (PRTB), Luciana Genro (PSOL), Marina Silva (PSB), Mauro Iasi (PCB), Pastor Everaldo (PSC), Rui Costa Pimenta (PCO) e Zé Maria (PSTU). Ao receber mais de 43 milhões de votos (41,6%), foi classificada para o segundo turno juntamente com Aécio Neves, que obteve cerca de 35 milhões (33,5%). No segundo turno, em 26 de outubro de 2014, com 54.501.118 votos, Dilma foi reeleita com 54,64% dos votos; em disputa acirrada, Neves chegou perto, com 48,36% dos votos válidos. Os votos brancos configuraram 1,71%; os nulos 4,63%, e as abstenções 21,10%.

No ano de 2018, o número de mulheres eleitas para deputadas federais saltou para 77, sendo 15% dos 513 eleitos. Os estados do Amazonas, Maranhão e Sergipe, contudo, não elegeram nenhuma mulher na Câmara dos Deputados. No Senado Federal, seis mulheres

¹¹ Grifo da autora.

eleitas, 11% entre 54 eleitos. Uma governadora foi eleita, no estado do Rio Grande do Norte: Fátima Bezerra (PT). O presidente eleito foi um homem.

De acordo com Miguel (2014), a questão da representação política não se trata apenas da diversidade de gênero nos espaços institucionais, mas possui características de subalternidade advindas do processo de dominação masculina. Conforme o autor, apesar de haver homens que defendam a pauta feminista, há choque de interesses entre a verdadeira emancipação das mulheres e a enraizada dominação dos homens. É importante analisar, portanto, as diferenças existentes mesmo com os primeiros passos de inclusão feminina e se perguntar, em relação às mulheres que conseguiram adentrar a política institucional, quem são elas. A quais classes sociais essas mulheres pertencem? São mulheres negras? Lésbicas? Bissexuais? Transgêneros? De acordo com o Correio Braziliense, nas eleições de 2018, das 77 mulheres eleitas como deputadas federais, apenas 12 eram auto declaradas pretas ou pardas, sendo elas Flávia Arruda (PR/DF), Professora Marcivânia (PDT/AP), Leda Maria Sadala Brito (Avante/AP), Lídice da Mata (PSB/BA), Áurea Carolina (PSol/MG), Rose Modesto (PSDB/MS), Talíria Petrone (PSol-RJ), Rosângela Gomes (PRB/RJ), Benedita da Silva (PT/RJ), Chris Tonietto (PSL-RJ), Mariana Carvalho (PSDB/RO) e Sílvia Cristina (PDT/RO). Das sete senadoras, apenas uma preta, Eliziane Pereira Melo (PPS/MA). A única governadora preta do Brasil foi Benedita Sousa da Silva Sampaio (PT), eleita vice-governadora na chapa de Anthony Garotinho no Rio de Janeiro em 1998, mas tendo posteriormente assumido o governo com a renúncia de Garotinho.

Mulheres da comunidade LGBT não foram eleitas deputadas federais e nem senadoras em 2018. Contudo, apesar de não ser nosso objeto de estudo, convém mencionar que, dentre o rol de deputados estaduais, conseguiram presença, mesmo que em pequeno número, sendo elas Erica Malunguinho (PSol/SP), Erika Hilton (PSol/SP), e Reboyceoné Lima (PSol/PE), negras e transexuais; Leci Brandão (PC do B/SP), negra e lésbica; e Isa Penna (PSol/SP), bissexual. Há um lento aumento na representação feminina, e as minorias, dentre as mulheres, continuam sub representadas. Ignorar essa dificuldade é ignorar a vasta diferença entre as mulheres brasileiras, que existem de todas as formas, em todos os corpos e em todos os espaços.

Apesar do aumento considerável de mulheres na política entre os anos de 1970 a 2018, deve-se ter em mente quais são os projetos políticos defendidos por estas mulheres. O fato de uma parcela delas conseguir frequentar esses espaços não significa a representação plena de

todas, uma vez que as dicotomias políticas no Brasil são cada vez mais latentes. Como exemplo, após as eleições presidenciais de 2018, a advogada e fundamentalista religiosa Damares Alves (PP) foi escolhida como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro (sem partido). Em suas falas e discursos públicos, nota-se o desejo da ministra de relacionar a imagem da mulher à passividade – a fala viral de Damares “menino usa azul, menina usa rosa” pouco tem a ver com a cor de vestimentas, mas com os comportamentos historicamente definidos a partir das categorias de gênero, segundo as quais mulheres e homens devem ter espaços diferentes e funções diferentes. Por esse motivo, é necessário compreender que, apesar de ser necessário que cada vez mais mulheres alcancem espaços de poder, a simples existência de uma mulher em um cargo político não significa, nem de longe, representatividade e emancipação a todas.

Isto posto, os gráficos a seguir possibilitam observar a variação no que tange à representação de mulheres que foram diretamente eleitas aos cargos de deputadas federais, senadoras e governadoras no país. Note que, para melhor compreensão, os gráficos representam apenas as mulheres que foram diretamente eleitas ao cargo, não considerando as que vieram a assumir por motivos posteriores, como senadoras suplentes e a ex governadora Iolanda Fleming do Acre (MDB), em seu período de governo interino.

GRÁFICO I

DEPUTADAS E DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS NO PERÍODO DE 1970 A 2018

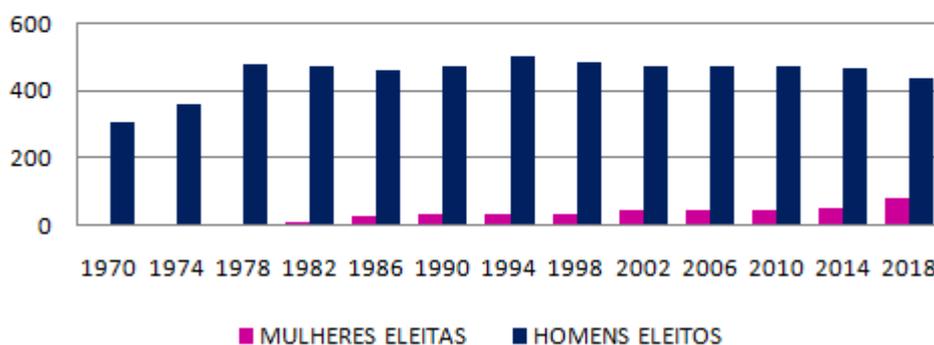


Gráfico 1. Gráfico de elaboração da autora, a partir dos dados coletados nas fontes: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, “Mais Mulheres na Política” (2015), “Mulheres no Poder” (2015), e Anuários Estatísticos do Brasil.

GRÁFICO2

SENADORAS E SENADORES ELEITOS NO PERÍODO DE 1970 A 2018

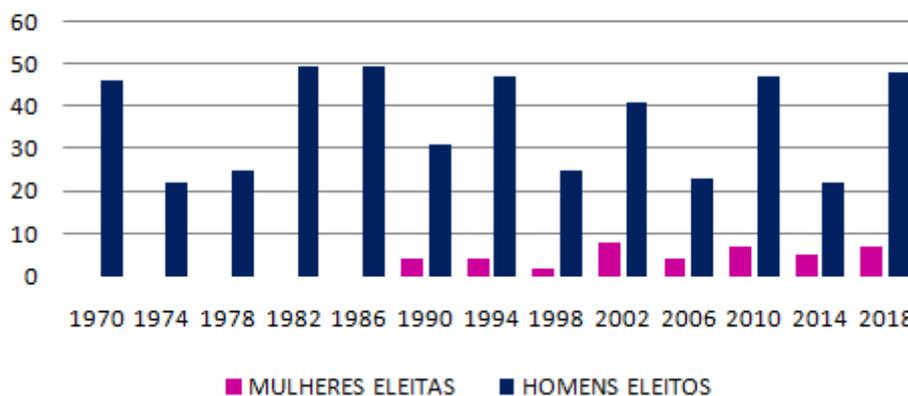


Gráfico 2. Gráfico de elaboração da autora, a partir dos dados coletados nas fontes: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, “Mais Mulheres na Política” (2015) , “Mulheres no Poder” (2015), e Anuários Estatísticos do Brasil.

GRÁFICO3

GOVERNADORAS E GOVERNADORES ELEITOS NO PERÍODO DE 1970 A 2018

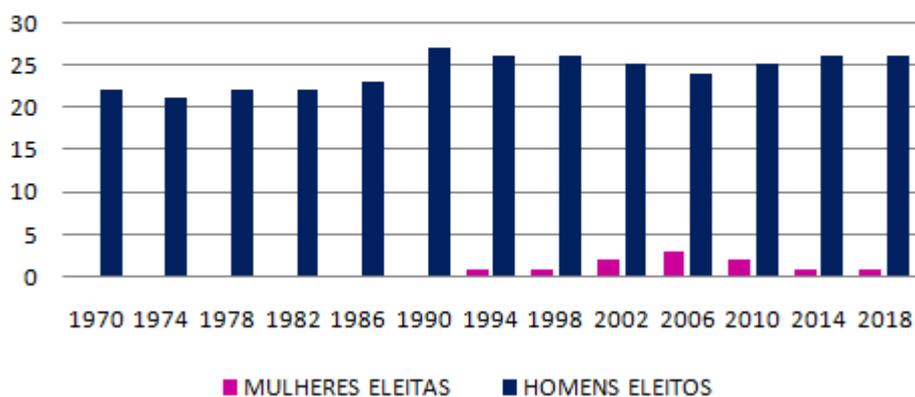


Gráfico 3. Gráfico de elaboração da autora, a partir dos dados coletados nas fontes: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, “Mais Mulheres na Política” (2015) , “Mulheres no Poder” (2015), e Anuários Estatísticos do Brasil.

Quando observamos a movimentação feminina na política, utilizando-nos de dados e dos gráficos, podemos perceber: a despeito de passarem por mudanças, as instituições continuam sob o manto da dominação masculina. O sistema político institucional ainda

apresenta traços patriarcais. O conceito de “política de desvelo” é tratado por Miguel (2001) de forma a investigar a estrutura que rege essas mulheres eleitas dentro do parlamento e como se relacionam com a sociedade e consigo mesmas. Também chamada de “pensamento maternal”, as mulheres políticas seriam vistas como tolerantes e sensíveis, em contrapartida ao “egoísmo” masculino. Contrária à “política de interesses”, autoritária, a mulher seria relacionada à política de desvelo por ser naturalmente inclinada à preocupação genuína e maternal daqueles mais vulneráveis, ao invés de preocupar-se consigo mesma.

Está subjacente, neste argumento, a negação do direito da mulher a possuir interesses próprios — uma negação imposta pela sociedade patriarcal, emblematicamente na figura da mãe que se sacrifica pelos filhos [...]. Desta forma, a subalternidade é mantida e mascarada por um véu de “superioridade moral”. (MIGUEL, 2001, p. 262)

Essa afirmação pode ser questionada em razão das diversas mulheres que ao alcançarem espaços institucionais de poder exerceram-no sem relações com a maternidade e o sentimentalismo, apesar da associação entre feminilidade e maternidade serem frequentemente “empurradas” a elas, como será relatado no terceiro capítulo. Ao longo da história narrada nesses dois primeiros capítulos, inúmeros são os exemplos de mulheres que se interessam pela política, como Bertha Lutz, Leolinda Daltro, Roseana Sarney, Marta Suplicy, Luiza Erundina, Dilma Rousseff, dentre outras, e seus interesses próprios foram demarcados independentemente da maternidade.

Dessa forma, ao concluir esse capítulo, compreendemos que as mulheres tendem a encontrar situações causadas pela estrutura de gênero que dificultam seu acesso ao poder institucional. Apesar das mudanças de mentalidade e da conquista de ações afirmativas que incentivam a participação das mulheres no espaço político institucional, ainda existem amarras simbólicas que podem ser encontradas no interior das relações sociais, familiares e políticas. Além disso, Fraser (2012) pontua que, apesar da segunda onda do feminismo ter projetado a equidade política e cultural de gêneros, ela também foi berço das ideias do capitalismo do pós-guerra que passaram a incluir a mulher como trabalhadora; o neoliberalismo interessou-se pelo feminismo, apropriando-se de suas propostas de emancipação feminina, mas subordinando-as ao capital. As mulheres foram incluídas na dinâmica do trabalho, mas as questões da representação política, social, sexual e racial, da valorização do trabalho doméstico e da verdadeira emancipação feminina foram postas de lado, engolidas pelas intenções do capital.

CAPÍTULO 3. DILMA ROUSSEFF: ASCENSÃO E DEPOSIÇÃO DA 1ª MULHER PRESIDENTA DO BRASIL

Dilma Vana Rousseff é filha da brasileira Dilma Jane da Silva e do imigrante búlgaro Pedro Rousseff – (Pétar Russév, na Bulgária). Nascida em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais no dia 14 de dezembro de 1947, cursou as séries fundamentais no Colégio Nossa Senhora de Sion, e realizou o então equivalente ensino médio no Colégio Estadual Central. Dilminha, como era chamada pelos familiares, teve uma infância comum: brincando na rua, subindo em árvores, assistindo filmes infantis, sempre com um ou outro cachorrinho por perto, e apaixonada pela leitura.

É aos 16 anos, sendo estudante de uma instituição pública, que Dilma inicia sua trajetória política, cerca de um ano antes do golpe militar de 1964. O primeiro grupo da sua militância foi a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), que posteriormente dividiu-se – os militantes paulistas criaram a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e os mineiros, o Comando de Libertação Nacional (Colina). No que tange à sua atividade na Colina, Jorge Nahas, ex-companheiro de militância de Rousseff, afirmou que ela sempre foi dedicada e disciplinada na luta.

Em uma ação que Nahas considera “mal conduzida pela polícia” no bairro de São Geraldo, em Belo Horizonte, o que seria um massacre dos militantes acabou por ser o momento de fuga de Dilma e de seu marido na época, Cláudio Galeno de Linhares. Com a prisão de vários de seus membros e a morte de dois detetives após um conflito entre a Colina e a polícia, o grupo passou a enfraquecer. A melhor escolha foi, então, partir para o Rio de Janeiro e unir os dois coletivos criados a partir da antiga Polop, a Colina e VPR, sob o nome de Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares, a VAR-Palmares, da qual Dilma tornou-se a dirigente. É nesse momento de fuga para o Rio que o casal Dilma e Cláudio optam por se separar, de maneira amigável, e que Dilma conhece seu segundo marido, Carlos Araújo.

Nas palavras de Amaral (2011), para sustentar o grupo guerrilheiro, os militantes da VAR-Palmares expropriaram o cofre de Ana Capriglione, amante do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros. O cofre, no bairro de Santa Teresa, possuía dinheiro proveniente de um grande empreendimento de Barros: o jogo do bicho. Com o sucesso da operação, o grupo conseguiu um pouco mais de dois milhões de dólares, dinheiro que conseguiram trocar, inicialmente, nas poucas casas de câmbio do Rio de Janeiro e depois diretamente com o

Bradesco. Dilma não participou da ação, mas foi uma das responsáveis pelas trocas. De acordo com Carlos Araújo, falecido em 2017, o câmbio se deu porque “o capital financeiro é tão poderoso que ele é mais ágil que qualquer órgão da repressão”. (AZEVEDO, Lucas, 2014).

Responsável por reorganizar o grupo na cidade de São Paulo, Dilma mudou-se para lá dois meses antes de ser presa. Em, 16 de janeiro de 1970, em frente ao prédio do Jornal O Estado de São Paulo, Dilma foi capturada e levada para o CODI-DOI 2, na rua Tutóia, também chamado de Operação Bandeirante. Posteriormente Carlos também foi capturado.

Em entrevista ao programa Conexão Repórter, do SBT, transmitida em 21 de agosto de 2016, quando questionada sobre o crime que a levou para a prisão, Dilma é clara em explicar que, na verdade, não houve crime tipificado. Ela nunca pegou em armas e nunca participou de uma ação armada. No entanto, para o regime, em suas palavras, ela era “tudo de mal que existia”. A ex-presidenta foi condenada pelo crime de subversão.

De acordo com seu relato para a Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura (CEIVT) sua chegada ao pátio da Operação Bandeirante, desta vez na unidade de Minas Gerais, foi marcada pelo ódio. Entre gritos de “Mata!”, “Filha da puta” e “Terrorista”, ao revelar a sua verdadeira identidade a uma mulher que lhe perguntou, ouviu como resposta “você está ferrada”. Durante uma das sessões de tortura, Dilma narra que após levar um forte soco, sua arcada dentária girou, causando problemas no suporte de um de seus dentes, que apodreceu. Rousseff relata que a imagem mais marcante que tem sobre as torturas vividas na prisão é que a dor é confusa, não nítida, não há uma imagem única, mas uma mistura de coisas que visam te quebrar.

Pau de arara, choque elétrico e palmatória¹² e foram os principais tipos de tortura que a jovem militante sofreu, além do frio, da fome e do medo.

Como é que você suporta a tortura? Você suporta a tortura falando assim só “daqui a cinco minutos eu não vou agüentar mais”, aí daí a cinco minutos você fala “mais cinco minutos”, aí daí a cinco minutos você torna a falar “mais cinco minutos”, e aí

¹²Pau de arara: pendurava-se a vítima pelo joelho a partir de uma barra horizontal, geralmente de metal, implicando em posição “de cabeça para baixo”. Amarravam-se as mãos, junto às canelas, de forma com que a barra ficasse alocada entre as pernas e os braços. Choque Elétrico: aplicavam fortes descargas elétricas em diversas partes do corpo, como orelhas, língua e órgãos genitais. Em Dilma, eles eram aplicados nos pés, nas mãos, na parte interna das coxas, nas orelhas e nos seios. Costumeiramente utilizavam fios telefônicos para causar o choque. Palmatória: em formato de madeira, com cabo fino e a ponta circular ou retangular, era utilizada como instrumento para agredir diversas partes dos corpos das vítimas. Era comumente utilizada em parceria com outros métodos, como o choque elétrico e o pau de arara.

you are stretching time, because if you imagine that you will stay there for more than 20, you are not safe. If you imagine 30, you are not safe. It is infinite 30 minutes. (ROUSSEFF, Dilma, ago. 2016. Entrevistador: Roberto Cabrini. Profissão Repórter).

In a conversation reported by Amaral (2011), Dilma narrates the moment of subsequent sessions of torture:

Parava, me retiravam e me jogavam nesse lugar de ladrilho, que era um banheiro no primeiro andar do DOI-Codi. Com sangue, com tudo. Te largam. Depois você treme muito, você tem muito frio. Você está nu, né? É muito frio. Ai voltava. Nesse dia foi muito tempo. Teve uma hora que eu estava em posição fetal. (2011, p. 68)

The mineira was subsequently transferred to the Presídio Tiradentes, in São Paulo. The local initially was a deposit of slaves that, after the Estado Novo, became a political prison. But this change of scenario does not mean the end of tortures, on the contrary. The dent that had been damaged in Minas was “removed”, by Benoni de Arruda Albernaz, his main torturer, after another blow.

In her years of prison, Dilma reports that the prisoners managed to obtain control of their own time and space, in a certain way. They managed to keep the iron doors of the cells open, so that they could circulate throughout the space:

Nós começamos a cozinhar a nossa própria comida, a buscar os livros, o maior volume de livros possível dentro de uma prisão. Eu acho que uma das coisas mais importantes que nós conquistamos foi isso: tínhamos muitos livros. E tínhamos discos. Eu conheci tango na prisão. (ROUSSEFF, Dilma, 2020. Brasil de Fato)

Some time later, it was from the doors of the Presídio Tiradentes that Dilma became once again a free woman, in November of 1972. She spent 2 years and 10 months in custody.

She moved, in quick succession, to Porto Alegre with her then husband Carlos Araújo, with whom at 28 years of age she had her first and only daughter, Paula Rousseff, and formed an economy at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In the words of Amaral (2011), “continued making politics – the resistance, the opposition, the fight for democracy and the reinvention of popular governments” (2011, p. 14). She participated, together with her husband and with Leonel Brizola, in the reformulation of the PTB, but the party lost its sigla for Ivete Vargas in 1980. Dilma, then, became one of the founders of the PDT (Partido Democrático Trabalhista). In that era, the old party of the Arena became the PDS. In this historical point, the bipartisanship faded, and the parties in question were the PDS, the PTB (now of Ivete Vargas), the PMDB (old MDB), the PCB, the PCdoB, the PT and the PT, led by Lula. In 1985, already by the PDT, Alceu Collares counted on the support of Dilma and Carlos for his candidacy for mayor of

Porto Alegre, que foi vitoriosa. Como resposta, proporcionou à Dilma o cargo de Secretária da Fazenda. Em 1990, Collares foi eleito governador do Rio Grande do Sul, convidando Rousseff para integrar a Fundação de Economia e Estatística, cargo onde permaneceu por três anos. Amaral (2011) relembra que, a FEE foi o local onde Dilma havia sido estagiária mais de uma década atrás, mas que fora demitida por ser citada na lista de subversivos, da Ditadura Militar.

Em 1994, Dilma assumiu o cargo de secretária de Energia, Minas e Comunicação. Um ano depois, tornou a fazer parte do setor econômico da FEE, sendo a responsável pela revista Informe Econômico RS, encarte com artigos de política fiscal, dívidas estatais, sistema financeiro nacional, dentre outros temas. Em 1999 reassumiu a SEMC, desta vez por indicação do governador Olívio Dutra. Três anos depois, com a vitória de Lula na Presidência da República, Dilma é anunciada como Ministra de Minas e Energia.

O motivo da escolha de Lula? Dilma sabia negociar, sabia falar a língua dos empresários, conseguia boas negociações para o país já no governo de FHC. Além disso, de acordo com Amaral (2011), foi Dilma quem teve a ideia do programa “Luz para Todos”, programa que objetivava levar energia elétrica para mais de dois milhões de famílias nas zonas rurais. Aumentando a oferta de energia em 4,5% ao ano (Amaral, 2011, p.137), Dilma conquistou a confiança de investidores, investindo também na interligação do sistema elétrico nacional. Em junho de 2005, o então chefe da Casa Civil, José Dirceu, renunciou. Lula precisava, então, de um substituto à altura de Dirceu. No dia de 17 de junho de 2005, Dilma Rousseff recebeu o convite para ser a primeira mulher a assumir a Casa Civil. No dia 21, ela aceitou o convite.

Com a segunda vitória de Lula – dessa vez, nas eleições de 2006 –, era hora de planejar seu sucessor. A primeira opção de Lula já era, há algum tempo, Dilma. O então presidente acreditava no potencial de gestão da chefe da Casa Civil e, de acordo com Amaral (2011), ela foi de grande importância na Junta de Execução Orçamentária, uma vez que possuía elevado entendimento sobre o assunto. Dessa forma, apesar de a imagem de Dilma ser pouco conhecida publicamente, nos bastidores ela provava cada vez mais sua eficiência.

Em 2007, o governo Lula lançou o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, projeto que, como conta Amaral (2011), reunia vários dos maiores projetos de infraestrutura do país sob um único comando: o de Dilma. Ela era considerada a “mãe do PAC”. Ainda

nesse ano, o país descobriu uma reserva de, na época, cinco a oito bilhões de barris de petróleo, que poderiam chegar, com algumas medidas, a 80 bilhões de barris e de alta qualidade. Além de Chefe da Casa Civil, Dilma também era presidenta do Conselho Nacional de Energia, e decidiu que o monopólio desse material descoberto seria da Petrobrás, – o lucro desse mercado iria de forma exclusiva para investimentos em educação, pesquisa, meio ambiente e cultura, de forma a manter o interesse nacional, afastando-se de projetos privatizantes. Além disso, o governo Lula, ainda em seu primeiro mandato, criou políticas que baratearam, por exemplo, o quilo do feijão (de R\$2,52 para R\$20,3); o quilo da farinha (de R\$1,91 para R\$1,54) e o quilo do arroz (de R\$1,91 para \$1,86)(Amaral, 2011, p. 158), e outras medidas de cunho popular, aproximando-se do trabalhador e das pessoas mais pobres.

Ainda de acordo com Amaral, em julho de 2009 o PT encomendou pesquisas ao Instituto Síntese de Belo Horizonte. Como resultado, descobriu-se que 68% dos eleitores gostariam de poder votar em um candidato que assegurasse a continuidade de políticas públicas e o método de governo de Lula; dentre esses eleitores, 78% votariam em qualquer que fosse o candidato ou candidata indicado pelo Presidente. Essa candidata seria Dilma Rousseff.

Antes de nos aprofundarmos na questão dos eleitores de Dilma, buscaremos analisar e compreender aspectos de gênero da campanha presidencial disputada por ela, do Partido dos Trabalhadores, e por Marina Silva, do Partido Verde, durante o ano de 2010. Essa análise busca apresentar as diferenças existentes entre a campanha de José Serra, candidato homem, e as campanhas de Dilma Rousseff e Marina Silva, mulheres. Mota e Biroli (2014) exploraram o espaço midiático do Jornal Nacional, o maior telejornal do país, e do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral dos(as)três candidatos(as)durante os meses que antecederam as eleições. De maneira generalizada, podemos concluir que a campanha das duas mulheres candidatas apoiou-se, em vários momentos,no“ser mulher”. Isso significa que, como estratégia, durante as entrevistas concedidas ao Jornal Nacional, ambas as candidatas citaram, em primeiro momento, seu pioneirismo no que tange à possibilidade de ser a primeira mulher presidente do Brasil e, em segundo momento, a maternidade e a proximidade ao lar. Como reflexão, Mota e Biroli (2014) questionaram se o candidato José Serra ou outros homens em momento de campanha precisariam recorrer a essa tática para aproximar-se dos eleitores. A resposta é não. Biroli (2014) afirma que a associação entre a mulher - considerada a responsável pela dimensão doméstico-reprodutiva - e o campo político, é uma amostra da subalternização a

qual elas estão submetidas, característica essa que as direciona a um ciclo reduzido de demandas, como as de assistência social e família.

Retornando às eleições presidenciais de 2010, Marina Silva, além de apresentar-se como pioneira, também se colocou como “a primeira mulher de origem humilde a concorrer no Brasil”. (MOTA; BIROLI, 2014, p. 218). E vai além: quando questionada sobre sua inexperiência no setor executivo, ela busca compensar colocando-se como uma mãe que se preocupa com o futuro de seu filho – o filho seria, nesse caso, o país, em imagem naturalizada da mulher. Quanto à Dilma, as autoras Mota e Biroli (2014) narram que, quando questionada acerca de sua falta de experiência em cargos eleitorais, responde não só relatando sobre sua experiência no governo Lula como Ministra da Casa Civil e de Minas e Energia, mas realça ser a primeira mulher a ocupar esses cargos. Ainda durante a entrevista ao Jornal Nacional (9/8/2010), a jornalista Fátima Bernardes destaca o “temperamento difícil” da futura presidenta. Na íntegra:

Alguns críticos, muitos críticos, e alguns até aliados, falam que a senhora tem um temperamento difícil. O que a gente espera de um presidente é que ele, entre outras coisas, seja capaz de fazer alianças, de negociar, ter habilidade política pra fazer acordos. A senhora, de que forma pretende que este temperamento, que dizem ser duro, difícil, não interfira no seu governo, caso eleita?(Jornal Nacional, 9/8/2010).

Cabe reflexão, nesse momento, do que seria o comportamento “difícil” de Rousseff. A seriedade? O desejo de organização? Como resposta à jornalista, a candidata afirma: “Eu acho que sou uma pessoa firme”.

A firmeza, quando atribuída aos homens, não é vista como possível obstáculo no exercício de poder; pelo contrário. Como vimos no capítulo inicial, espera-se que desde a infância os homens e meninos sejam viris, determinados, líderes. Por conseguinte, homens não são questionados por sua “firmeza” na política, tampouco em rede nacional, como ocorreu com Dilma.

A candidata não foi somente atacada pelo sexismo velado, como também pelo explícito. Em 8 de julho de 2010, o jornalista Josias de Souza publicou uma charge em referência a Dilma como “candidata de programa”. Na imagem, ¹³há uma versão da candidata em fisionomia magra, usando botas de salto alto, saia, joias e uma bolsa rosa, e dizendo “O programa quem faz são os fregueses: PMBD: Barba, cabelo e bigode; PDT: Papai e mamãe.

¹³Optou-se por descrever as charges, ao invés de apresentá-las graficamente em virtude da legislação referente a direitos autorais.

Vai por aí...”. Dilma é associada a uma profissional do sexo, na intenção de ofendê-la de forma depreciativa e vulgar. Nota-se, nesse momento uma equiparação de Dilma com a figura de Leolinda Daltro, pioneira na luta do sufrágio feminino no Brasil, citada anteriormente e sua comparação à “mulher do diabo”, uma vez que, na moral cristã, a figura desta – a mulher “de programa” –, é pecaminosa e perigosa, sendo ambas relacionadas, de maneiras diferentes, à vulgaridade.

De acordo com Beauvoir (1980), “a prostituta não tem direitos de uma pessoa, nela se resumem, ao mesmo tempo, todas as figuras da escravidão feminina”. Ainda para a autora, a mulher prostituta é socialmente colocada em igualdade a um objeto. A associação da candidata à uma prostituta é, infelizmente, sexual e politicamente vexatória. Nesse debate, Swain (2006) disserta:

A apropriação social das mulheres pelos homens é âncora nas condições de imaginação sexual, pois são todas, em princípio, corpos disponíveis e desfrutáveis por definição, já que os papéis atribuídos socialmente às mulheres passam pela sedução, casamento, procriação, prostituição (p. 2)

A charge citada acima não foi a única de caráter misógino. Estão disponíveis na internet imagens que colocam a ex-guerrilheira como uma empregada doméstica; em outra imagem, Dilma está nua, tomando banho e sendo “assombrada” pelo impeachment; em outra, Michel Temer encontra roupas íntimas da presidenta; dentre outras imagens que não se costuma fazer de um homem presidente. No ano de 2015 circulou nas mídias sociais um adesivo de automóvel, especialmente desenhado para ser alocado acima do tanque de gasolina e que retrata o rosto da ex-presidenta e parte de seu corpo, sendo esta as pernas, posicionadas de forma que durante o ato de abastecer o veículo, a bomba de gasolina estaria penetrando- a sexualmente. De acordo com a UOL, a ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres direcionou denúncias ao Ministério Público Federal, ao Ministério da Justiça e à Advocacia-Geral da União. A criação e divulgação dos adesivos passaram a configurar crime, de acordo com o artigo 140 do Código Penal Brasileiro, sob o crime de Injúria. Percebe-se que, apesar de Rousseff possuir o mais alto cargo de poder do Estado, a todo momento, sua imagem era reduzida, satirizada e desqualificada. Sua condição de mulher era vista de maneira pejorativa, vergonhosa.

Retornando à questão dos (as) eleitores (as) da presidenta, convém conhecer e analisar brevemente quem foram eles(as),dequais classes provinham e o que pretendiam com o voto. Para isso, utilizaremos a metodologia do “voto retrospectivo”, definido por Arquer (2013),

como “o qual o eleitor decide em que candidato votar com base na análise que faz do governo anterior” (2013, p.418). O governo anterior, nesse caso em questão, é o de Lula, eleito em 2002 e reeleito em 2006, e que escolheu Rousseff como candidata à sua sucessão. De acordo com Arquer a avaliação feita no ano de 2010 sobre o governo Lula foi de “Muito Bom” (32,2%) e “Bom” (61,7), totalizando as avaliações positivas em 93,9% do total, de modo que as avaliações negativas não chegam a 6,2%. Dentre a porcentagem que avaliou o governo como “Muito Bom”, a autora mostra que 81,3% dos eleitores votaram em Dilma, e dentre os que avaliaram como “Bom”, 50,9% votaram na candidata. Ainda, 7,6% e 50,6% do total definiram a situação econômica do país no momento como “Ótima” e “Boa”, respectivamente. As críticas negativas somaram números consideravelmente mais baixos, e “Ruim” e “Péssima” ficaram por conta de 7,6% e 4,7%.

Ainda com relação a aspectos econômicos, Rennó e Peixoto (2011) explicam o voto em Dilma de acordo com a mobilidade social dos eleitores. Para eles, a percepção da ascensão de classe, ou pelo menos a percepção dessa possibilidade, foi essencial para a decisão do voto na candidata petista. Ao compararmos a classe social a qual os entrevistados consideravam pertencer há oito anos e no momento da eleição [...] vemos claramente uma diminuição daqueles que declararam fazer parte das classes “Baixa” e, principalmente, “Mais baixa”, ao passo que ocorre um aumento nas demais. (ARQUER, 2013, p.424)

Arquer (2013) refere-se aos dados do ESEB 2010 que demonstram: em 2002, a classe “Mais baixa” declarada somava 14,5%, a “Baixa”, 33,5%; em 2010, essas camadas sociais diminuíram para, respectivamente, 2,1% e 20%, enquanto as classes sociais “Média Baixa”, “Média-média”, “Média alta” e “Mais alta”, aumentaram. O que acontece, nesse momento, é a percepção de ascensão possibilitada pelo legado do governo petista, cuja continuidade viria pelas mãos de Dilma. Em breve resumo das 13 diretrizes de governo lançadas pela política brasileira, suas promessas de campanha baseavam-se na eliminação da pobreza, ampliação do Programa Bolsa Família e de outras políticas públicas, a construção de creches, pré-escolas e escolas técnicas, a continuidade da criação de UPAs prometidas por Lula, a inclusão de remédios para diabetes e hipertensão no sistema público, a criação de ministério para micro e pequenas empresas e desoneração tributária, dentre outras.

De acordo com Singer (2015), as bases da matriz econômica adotada no primeiro mandato de Dilma foram: 1) redução de juros, responsável pela diminuição taxa básica de juros do Banco Central de 12,5% para 7,25% entre agosto de 2011 e abril de 2013, e a diminuição da taxa Selic; 2) o uso intensivo do BNDES; 3) investimento da reindustrialização; 4) desonerações da folha de pagamento em setores de mão de obra; 5) plano de infraestrutura, 5) plano de infraestrutura; 6) reforma do setor elétrico; 7)

desvalorização do real, de R\$1,65 por dólar para R\$2,05, afim de facilitar a indústria nacional; 8) controle de capitais, de forma a prejudicar a competição nacional; e 9) proteção ao produto nacional.

Para compreender o primeiro mandato do governo Dilma, precisamos analisar alguns acontecimentos. De acordo com Singer (2015), o Ministério da Fazenda e o Banco Central conseguiram, juntos, sustentar por dezoito meses a queda dos juros financeiros. Além disso, para Guido Mantega, então Ministro da Fazenda, os spreads¹⁴ deveriam diminuir consideravelmente – o que ocorreu, diminuindo os juros bancários para pessoas físicas. No fim de 2012, a taxa de desemprego rondava a margem de 4,6% e a conta de luz dos brasileiros era reduzida, o que ilustrava o sucesso do governo Dilma Rousseff. Ainda nessa época e até abril de 2013, de acordo com Almeida (2017), os bancos privados foram mantidos sob grande pressão para a diminuição de juros ao consumidor, de modo a acompanhar os bancos públicos (Caixa Econômica e Banco do Brasil), que cobravam juros baixos nas operações de crédito e no cheque especial.

Contudo, com o aumento da inflação, o Banco Central passou a aumentar cada vez mais os juros. A taxa Selic¹⁵ aumentou. O Banco retraiu-se. O governo de Rousseff não conseguiu segurar a inflação e dar prosseguimento ao plano de desenvolvimento nacional, tendo que mudar de direção. O investimento público diminuiu e as restrições ao capital especulativo diminuíram. A crise, no entanto, não foi apenas no Brasil. De acordo com Mantega:

Fizemos o aperto em 2011 supondo que a economia mundial já estava em recuperação. Em 2011 puxamos o freio, dizendo: a gente faz um ajuste e depois retoma. Só que quando foi retomar, no segundo semestre de 2011, já tinha começado a crise europeia.

E Dilma:

“Eu nunca imaginaria, ninguém imaginaria, que o preço do petróleo cairia de US\$ 105 [o barril], em abril, para US\$ 102 em agosto, para US\$ 43 hoje”, repetia. “A crise começa em agosto, mas só vai ficar grave, grave mesmo, entre novembro e dezembro [de 2014]. É quando todos os estados da Federação percebem que a arrecadação caiu”. (transcrição da fala da Dilma no livro do Almeida, p. 50)

¹⁴ Spread bancário é a diferença entre os juros pagos pelo banco ao cliente, no momento em que o cliente investe o próprio dinheiro na instituição, e os juros cobrados do cliente quando há a realização de um empréstimo. Para uma instituição financeira, quanto maior o spread, maior o lucro. Fonte: Economia UOL.

¹⁵Sistema Especial de Liquidação e Custódia. Em resumo, a Selic é a taxa básica de juros dentro de uma economia; é ela que influencia todas as outras taxas de juros do país, como a de empréstimos ou aplicações, sendo um dispositivo que atua no controle da inflação. Quem administra esse sistema é o Banco Central. Fonte: InfoMoney

Ainda em 2013, a economia voltou, lentamente, a subir. Os investimentos aumentaram, e a realização da Copa do Mundo no Brasil reanimou as transações econômicas. O desemprego não aumentou e a renda dos trabalhadores assalariados não caiu, mas isso não significava muito para a agenda neoliberal. Singer (2015) narra que em setembro de 2013 a revista britânica *The Economist* publicou que o Brasil deveria diminuir os gastos estatais, reduzir as aposentadorias, cortar os impostos (nota-se: impostos industriais, aumentando incentivos fiscais, e não impostos de pessoas físicas), reformar as leis trabalhistas que garantiam direitos ao trabalhador e aumentar as privatizações. O afastamento das ideias neoliberais não agradou os mais privilegiados e, como disse Henrique Meirelles: “o desemprego elevado proporcionou mão de obra à economia em expansão” (Singer, 2015, p.52), em governos anteriores.

No que tange ao desemprego da população, Caleiras (2008) apesar de considerar que pobreza e desemprego não estão direta e unicamente conectados, observa-se que são conceitos que se cruzam em diversas ocasiões. Na verdade, “o desemprego é potenciador de situações de pobreza” (CALEIRAS, 2008, p. 2). É a ausência do vínculo empregatício e da remuneração uma das causadoras primárias da pobreza. As consequências do desemprego ainda variam. No Brasil, de acordo com Carvalho, Brena *et al.* (2017), o desemprego é um problema social causador de instabilidade e insegurança. E quando analisamos a criminalidade no Brasil, podemos constatar que os casos de roubo e furto são correlacionados aos desligamentos de vínculo empregatício, uma vez que:

conforme propõe a teoria da escolha racional que o indivíduo desempregado analisará o custo-benefício de cometer uma infração, decidindo por esta se seu retorno financeiro for maior. Deste modo, conforme ANTUNES (2006) o trabalho que poderia constituir-se como um apaziguador da crise do capital, proporcionando novas expectativas, se estabelece em uma poderosa estrutura de desigualdade econômica, marginalizando, gradativamente os indivíduos que se encontram em situação de desemprego. (CARVALHO, et al., 2017, p. 7)

Desse modo, compreende-se que a criminalidade pode surgir onde o emprego e as oportunidades são escassas, como uma alternativa de suprir, para os grupos mais pobres, a desigualdade. O Banco Central, em 2013, ao defender a promoção de desemprego (Singer, 2015) como solução para a diminuição da inflação ignora as classes mais desfavorecidas, buscando a implementação de um sistema neoliberal que não agradava Dilma.

De acordo com Bastos (2017), ainda durante o ano de 2013 a disputa por um menor número de empregos bem remunerados aumentou, e a chamada classe média tradicional passou a sentir profundamente a concorrência por ambientes e estruturas antes vistas como exclusivas, como aeroportos e serviços como educação e saúde, culminando no sentimento da

perda de status social. Ainda, a classe média compreendia que, ao pagar seus impostos, estava pagando os auxílios sociais das classes mais baixas – pensamento esse que impulsionava cada vez mais o desejo neoliberal e a ascensão da direita populista.

Nesse período, eclodiram em todo país manifestações que, apesar de inicialmente terem como foco a revolta contra o aumento dos preços das tarifas de transportes públicos, foram transformadas em algo maior e distinto, a partir da adesão de grupos e partidos de direita, como o “Movimento Brasil Livre” e o “Vem Pra Rua”. O foco dos movimentos, nesse segundo momento, tornou-se a defesa do livre mercado e o radicalismo de uma direita que se dizia inovadora. O país, então, torna-se um grande campo de manifestações difusas, incertas, que se afastam dos objetivos iniciais e são convertidos, por grupos neoliberais, em protestos com cunho anti-PT, anti-Dilma e anti-esquerda, e a favor da direita política. A mídia, ao registrar com sensacionalismo as manifestações, acabou por influenciar a opinião pública acerca dos acontecimentos, impulsionando a crise política que já ocorria e que aumentaria nos próximos anos.

Retornando à Dilma e a seu plano de governo, a estabilidade de renda no país foi uma das variantes que assegurou a reeleição, por voto popular, de Rousseff, em outubro de 2014. Em seu segundo mandato, como medida para enfrentar a duração atípica da crise internacional e a consequente crise nacional, a presidenta mudou sua forma de governar, procurando aumentar a confiança externa e os investimentos no Brasil. Com o novo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, Dilma lançou um pacote de concessões de 200 bilhões de reais para fomentar a economia da época. Também adotou o aumento de crédito para investimentos empresariais, a desoneração tributária, a preferência para a compra de produtos nacionais por parte do governo, e outras medidas similares (Singer, 2015). Essas concessões, apesar de favoráveis aos grandes empresários, não foram, contudo, o suficiente para agradá-los, e preferiram afastar-se do governo. De acordo com Löwy (2016), isso aconteceu porque apesar das concessões serem benéficas, elas não foram suficientes – a elite econômica não queria mais concessões, mas sim o poder sem intermediários: “não quer mais negociar, mas sim governar diretamente, com seus homens de confiança”. (Löwy, 2016, p. 64).

Outra medida adotada pelo governo foi a tentativa de ajuste fiscal. De acordo com Rodrigo de Almeida (2017), a intenção da medida era cortar despesas para pagar os juros. Isso aumentaria a confiança de investidores que passariam a aplicar capital no país, aumentando o investimento, medida que animaria – e muito – a economia nacional, e seria um alento ao desemprego e à inflação, que aumentavam gradativamente. Entretanto, o presidente da

Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e o do Senado, Renan Calheiros, não facilitaram a aprovação do ajuste, posto que não foram ajudados pelo governo em uma situação anterior: ambos investigados pela Operação Lava Jato¹⁶, pediram a intermediação de Dilma Rousseff para livrarem-se das denúncias, mas não foram atendidos. A presidenta não quis interferir nas investigações de corrupção dos políticos, e eles não se esqueceram disso, impedindo a aprovação.

As aberturas de inquérito anticorrupção de deputados e senadores, como Cunha e Calheiros; a deslealdade de Temer; a desconfiança entre Palácio e Planalto; a parcialidade e influência da imprensa; crescente impopularidade da presidenta; as distorções dos movimentos de junho de 2013, apropriados pelo PSDB de Aécio Neves foram o cenário de uma imensurável crise política que, para Almeida (2017) tornou-se a maior causa dos problemas econômicos do país, comparativamente às verdadeiras questões econômicas já existentes.

No final do ano de 2015, os advogados Miguel Reale Júnior, Janaína Paschoal e o ex-procurador da justiça Hélio Pereira Bicudo apresentaram à Câmara dos Deputados a acusação de crime de responsabilidade por parte da presidenta. De acordo com a advogada, as “pedaladas fiscais” de Dilma e os decretos de suplementação configuravam como crime fiscal, e teriam ocorrido por crimes de corrupção.

Pedalada fiscal é o ato de postergar o pagamento de bancos que administram os programas do governo, como o INSS, Bolsa Família e Plano Safra, de modo a equilibrar os gastos do governo. Contudo, apesar da prática ter sido utilizada para justificar a retirada de Dilma Rousseff do poder, presidentes que a antecederam, como Lula e FHC também pedalaram. O atual presidente, Jair Bolsonaro, também, e em maior intensidade: de acordo com a Revista Fórum, as operações fiscais de Dilma somaram, entre os anos de 2013 e 2014, R\$36 bilhões; as de Bolsonaro, no ano de 2019, somaram R\$ 55 bilhões. Na denúncia, essa ação configuraria como operação de crédito, proibida pela Lei de Responsabilidade fiscal, contudo, infringir a mencionada lei não configura crime de responsabilidade, imputado à

¹⁶Operação de investigação que, desde 2009, diz investigar esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro no país. Não será possível, nesse momento, adentrar no assunto de maneira aprofundada devido aos complexos e controversos métodos e desdobramentos da Operação, mas deve-se ter em mente a enorme capacidade da Operação de produzir implicações na política brasileira, inclusive, de maneira direta, no golpe de 2016. De acordo com a The Intercept, era claro o desejo de líderes da Operação Lava Jato de, após a retirada de Rousseff, impedir a posterior candidatura de Lula e favorecer a de Jair Bolsonaro.

presidenta. Além do mais, o pagamento no que tange ao Plano Safra¹⁷ por parte da União através do Banco do Brasil não estava fora da legalidade visto que, por ser exigível apenas no período posterior a 6 meses, ainda não estava acumulado de forma ilícita.

No que tange à acusação contra os decretos de suplementação, o jornal nacional El País ilustra que Dilma, no período de menos de um mês, assinou três decretos de abertura de crédito: o primeiro, no valor de quase R\$ 2 bilhões, destinado à educação, trabalho, previdência, e cultura. O segundo de R\$ 29 milhões, destinado aos órgãos do Executivo e o terceiro e último, no valor de R\$ 600 milhões, proposto para as despesas do Judiciário. Abrir crédito sem formalizá-lo é considerado uma violação cabível à Lei de Responsabilidade Fiscal, contudo, entende-se a partir da defesa de Dilma Rousseff que, não houve a autorização de aumento de gastos, mas sim o remanejamento de quantia previamente autorizada pelo Congresso, de modo que essa alteração não causou impacto na Meta Fiscal. Ademais:

Segundo o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Nelson Barbosa, o pedido que dá início à abertura dos decretos sempre é feito por funcionários dos ministérios, em um sistema eletrônico, que não os autorizaria caso não estivessem de acordo com a lei vigente. Ele diz ainda que o processo envolve vários funcionários e etapas antes de chegar ao presidente. Por isso, Rousseff os teria assinado por orientação de especialistas técnicos, que não apontaram qualquer irregularidade e, assim, **não pode ser responsabilizada**. Além disso, afirma que quando os decretos foram assinados o TCU não havia questionado a prática ainda, tanto que ela vinha sendo feita havia anos e por vários Governos. (BEDINELLI, Brasília. 30 de ago. 2016. El País)

Por conseguinte, considerando as acusações e seus esclarecimentos, observa-se que não houve comprovação do crime de Responsabilidade Fiscal, atribuído à presidenta como justificativa do processo de impeachment. As motivações por trás de sua deposição, de acordo com Gomes (2016) são: primeiro, a intenção de impedir o avanço da já referida operação Lava Jato, como mostra uma conversa entre Romero Jucá (PMDB/RR) e Sergio Machado,¹⁸ então presidente da Transpetro, e colocar Michel Temer (MDB) na Presidência. Temer foi vice-presidente de Dilma Rousseff e presidente interino após a sua deposição, e foi preso em 2019 pela operação por investigações de corrupção e pagamento de propina às empresas Eleronuclear e Engevix, respectivamente. Atualmente, ele responde o processo em liberdade.

Outra razão é o desejo de alteração político-econômica por parte das elites, que já não toleravam a divisão de recursos e sua destinação a projetos sociais e de ascensão econômica das classes mais baixas, ao invés do direcionamento de capital ao pagamento de juros da

¹⁷Plano criado pelo Governo Federal que visa distribuição de recursos direcionados ao setor agrícola industrial.

¹⁸A conversa em questão refere-se ao momento em que Machado alega ser necessário fazer um “grande acordo nacional” juntamente com o Supremo, para “estancar a sangria” da operação.

dívida pública, o que favorecia a pequena parte da sociedade que se beneficia do capital especulativo. O projeto político popular que Dilma liderava não fazia parte dos interesses neoliberais e tampouco dos padrões androcêntricos e heteronormativos.

De acordo com análise de Pedro A. G dos Santos e Farida Jalalzai (2021) Dilma foi a presidente que mais nomeou ministras mulheres, em uma tentativa de igualar as oportunidades de gênero dentro de seu governo – ao longo de seus dois mandatos ela nomeou exatas 18 ministras, um recorde nacional. Isso, para os autores, pode ter influenciado parte considerável da perda de apoio político sofrido por Dilma: se optasse por escolher homens de poder, talvez tivesse conquistado mais apoio por parte deles e de seus partidos, aumentando a base de proteção e amparo para com seu governo dentro do espaço político. Após Michel Temer assumir a presidência, os ministérios foram alterados e dentre os 24 ministros anunciados, todos eram homens brancos, algo que não acontecia desde 1979 (GONÇALVES, ABREU, 2018). Ainda no governo Temer:

Em relação ao governo anterior, a redução foi de 61% à verba para o atendimento à mulher em situação de violência; a assistência teve uma queda de recursos de R\$ 42,9 milhões para R\$ 16,7 milhões; as verbas das políticas de incentivo à autonomia das mulheres diminuíram 54% no orçamento. Ao reduzir drasticamente os recursos a estas políticas, o Estado acabou por sobrecarregar ainda mais as mulheres. (GONÇALVES, ABREU, 2018, p. 764)

Isto posto, conclui-se a existência de um golpe jurídico-civil, uma vez que as justificativas dadas no processo de *impeachment* não configuram crime de responsabilidade fiscal e, por esse motivo, não deveria ter ocorrido. A decisão democrática das eleições de 2014 não foi respeitada. Como lembra Löwy (2016), o golpe de Estado contra a presidenta desconsiderou o voto de mais de 54 milhões de brasileiros sobre uma falsa justificativa contábil.

Quanto às opiniões de políticos que agiram a favor do *impeachment*, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha¹⁹, recentemente lançou o livro intitulado “Tchau, Querida – O Diário do Impeachment”. De acordo com o Jornal Gazeta do Povo, Cunha relata que o então ex-presidente Michel Temer teria negociado o *impeachment*, oferecendo espaço político a partidos e deputados que votariam a favor da abertura do processo. Por outro lado, o ex-presidente interino Michel Temer elogiou sua antiga companheira de chapa durante palestra à Associação Comercial de São Paulo afirmando que durante os seis anos que

¹⁹ Condenado a 14 anos e seis meses por corrupção passiva, atualmente está em prisão domiciliar.

trabalhou com Dilma nunca viu gestos de corrupção por parte dela; pelo contrário, a mesma possuiria honestidade extraordinária.

Por conseguinte, podemos concluir que o “ser mulher” esteve presente na carreira política de Dilma em diversos momentos, seja criando representatividade e espaços para outras mulheres, seja tendo essa condição utilizada como instrumento de ofensa por parte da oposição. O caráter sexista do tratamento destinado à presidenta destacou-se por sua agressividade ímpar em diversos momentos, atuando conjuntamente com o elitismo classista dos protestos contrários ao governo, que já não tolerava mais o projeto político popular em vigor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa é o de delinear a trajetória das mulheres brasileiras no percurso de tempo, considerando suas lutas pela emancipação política e intelectual, de modo a ressaltar, nos espaços políticos e educacionais, a desigualdade de gênero sofrida pelas mulheres. A mentalidade patriarcal estabeleceu, inicialmente, a domesticação feminina, de modo que seu destino não deveria ultrapassar os limites do lar e tendo como única ocupação o cuidado da casa, dos filhos e do marido – quanto menos soubesse sobre o mundo exterior, melhor seria. Como consequência, a abertura dos centros educacionais às mulheres, depois de muitos esforços coletivos, possibilitou o primeiro grande passo à equidade, e a subsequente entrada das mesmas no mercado de trabalho, através do magistério e da educação. Passo esse que, devido à estrutural desvalorização do trabalho feminino, resultou na feminização do magistério, acompanhado pelo desprestígio da profissão ao tornar-se uma “profissão de mulher”. Além disso, a mulher que se tornava professora ainda continuava com todas as obrigações domésticas, na dupla jornada. Também, as mulheres que desejavam frequentar a universidade não podiam escolher isso por si só – precisavam da autorização de seu pai ou marido.

Por conseguinte, contrariando este pensamento, as mulheres passaram a se organizar e a lutarem contra essa dominação. Lutaram pela educação, pelo direito de entrarem no mercado de trabalho e também pela equidade de gênero nos espaços políticos institucionais e possibilidade de ascensão política. A viabilidade da educação e instrução fez as mulheres interessarem-se pelo sufrágio, e foi a partir da Constituição de 1891 que houve a maior agitação para a conquista do voto feminino, tendo como consequência a criação de projetos de lei, como o do deputado Justo Chermont e de Juvenal Lamartine, que visavam contemplar a expectativa do voto para as mulheres. Estes eram, no entanto, negados ou até mesmo deixados de lado, sob a justificativa de que as funções sociais das mulheres não seriam compatíveis com a vida pública e política. À vista disso, nota-se que apesar de, neste momento, não haver mais explicitamente o desprezo à imagem feminina, ele permanecia estruturalmente, dificultando a autonomia da mulher no Brasil.

A posteriori, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e a criação do primeiro Código Eleitoral, a situação mudou: mulheres que fossem letradas e tivessem mais de 21 anos agora teriam a possibilidade de votar, desde que houvesse a permissão de seus maridos ou, em caso de viúvas, que comprovassem renda própria. Com a inclusão do sufrágio feminino na

Constituição Federal, essas imposições deixaram de existir, possibilitando também a eleição da primeira deputada federal do Brasil: Carlota Pereira de Queiroz, e as centenas de candidaturas de diversas outras mulheres na história.

É ressaltado, posteriormente, nessa pesquisa que apesar da conquista que proporcionou às mulheres votarem e serem votadas, a representação feminina é, ainda, consideravelmente desigual quando comparada à masculina. A ascensão política das mulheres é prejudicada por questões estruturais, causando a sua sub-representação. A falta de incentivo às mulheres a participarem da política institucional, a fraude de candidaturas dentro dos partidos, a falta de verba política para as campanhas femininas, a estrutura de nossa sociedade que infere que a política é um espaço predominante masculino e que mulheres devem se voltar ao lar e a trabalhos “femininos”, a hostilidade encontrada pelas mulheres quando adentram a carreira política – são inúmeras as variantes. As cotas buscaram a paridade de gênero dentro das instituições políticas, aumentando relativamente às candidaturas femininas, mas não atingindo integralmente o seu objetivo.

As cotas, instauradas em decorrência da proposta de Marta Suplicy e a subsequente Lei das Eleições buscaram a paridade de gênero dentro das instituições políticas, aumentando relativamente as candidaturas femininas, mas não atingindo integralmente o seu objetivo, uma vez que a representação política das mulheres ainda não se equipara à representação masculina, como mostra, o segundo capítulo deste texto, os dados sobre as mulheres eleitas, desde a implementação da Lei das Eleições, em 1997, até às últimas eleições da Presidência, da Câmara dos Deputados e do Senado, em 2018. No que se tange aos espaços políticos institucionais, os homens ainda são predominantes.

Em 2010, o Brasil teve a primeira mulher na Presidência da República: Dilma Rousseff. A mineira, ex-militante da VAR-Palmares, presa e torturada na Ditadura Militar, foi eleita com 56,05% naquele ano, e reeleita na eleição seguinte. O primeiro mandato de Dilma Rousseff foi marcado pela estabilidade de empregos e de renda para a classe trabalhadora, causando, como consequência, o afastamento das classes altas e empresariais em relação ao governo petista – esse desmembramento se tornou mais presente e palpável nos anos iniciais do segundo mandato. Como medida de atenuar a crise econômica, alterar o cenário da inflação e aumentar os investimentos externos, o governo buscou alterar o ajuste fiscal, tentativa essa que não foi bem sucedida devido às divergências políticas com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, investigados pela

Operação Lava Jato. Soma-se a isso o crescimento do sentimento antipetista no país, influenciado pela agenda neoliberal e midiática, que, ao ignorar a decisão democrática do ano de 2014, abriu o processo de impeachment por razões que resumem seu próprio interesse, culminando na saída precoce de Dilma Rousseff do seu cargo de direito por meio de um golpe.

Características marcantes em seus dois mandatos, incluindo os momentos de campanha, foram os intensos ataques misóginos sofridos, os quais se utilizaram da condição de mulher da presidenta como licença para assédios e agressões morais, tais como os adesivos automobilísticos que, através de uma montagem de imagens, ilustram Dilma de maneira pejorativa. A hostilidade sexista para com a ex-presidenta ultrapassou os limites da moralidade e do respeito e percebe-se, dessa forma, a fragilidade da preservação da dignidade feminina até mesmo quanto se trata de uma mulher de poder. Contudo, os ataques diretos à presidenta não possuíam um fim em si mesmo, mas eram sintomas do golpe que viria – um ataque antidemocrático contra uma agenda que não satisfazia os interesses da frente capitalista, neoliberal e hegemônica no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A chegada dos jesuítas no Brasil. **Passeiweb**. Disponível em: <https://www.passeiweb.com/estudos/sala_de_aula/historia/chegada_dos_jesuítas>. Acesso em: 21 de mai. de 2020

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O golpe de 1964 e o voto popular. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 98, pág. 5-11, março de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000100001&lng=en&nrm=iso>. acesso em 20 de jun. de 2020.

ALMEIDA, Jane Soares de. As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania. In: **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 81, n. 197, p. 5-13, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1315>>. Acesso em: 21 de mai. de 2020.

AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem*. Primeira Pessoa, Rio de Janeiro, 2011.

AMARAL, Oswaldo E. do; RIBEIRO, Pedro Floriano. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 56, p. 107-123, 2015.

ANDERSON, PERRY. A crise no Brasil: uma análise profunda de Perry Anderson. **Pambazuka News, voices for freedom and justice**, 2016. Disponível em: <<https://www.pambazuka.org/pt/democracy-governance/crise-no-brasil-uma-an%C3%A1lise-profunda-de-perry-anderson>>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

ARANGONY, *Claudia*. Um pouco de história da docência no Brasil – a Escola Normal. **Centro de Formação da Vila**, 2019. Disponível em: <<https://cfvila.com.br/blog/2019/09/20/um-pouco-de-historia-da-docencia-no-brasil-a-escola-normal/>>. Acesso em 14 de jun. de 2020

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 231-252, 2001.

ARQUER, Monize. O voto em Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, v. 2, n. 3, 2013.

Apuração dos votos (segundo turno): Dilma, Serra e governadores. **Uol Eleições**, 2010. Disponível: <<https://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/2turno>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

Apuração de votos e candidatos eleitos (1º turno). **Uol Eleições**, 2010. Disponível: <<https://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/1turno/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

Arquivo Nacional, fundo FBPF; Diário Oficial, (17/12/1910); MELO, H.; MARQUES, T. Partido; Registros de Sociedades Civis, 1º Ofício de Títulos e Documentos, 18/8/1911

ASSIS, Christiane Costa; SOUZA, Ana Mailza Viegas. Direito ao voto e eleições indiretas: uma perigosa exceção. In: **Direitos Humanos e Fundamentais em Debate**. AMORIN, Úrsula Adriane Fraga. FOA; 2020.

AZEVEDO, Lucas. **UOL**: Do golpe à prisão, ex-marido relembra a luta contra a ditadura ao lado de Dilma. Porto Alegre, 31 mar. 2014. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas->

noticias/2014/03/31/do-golpe-a-prisao-ex-marido-relembra-a-luta-contr-a-ditadura-ao-lado-de-dilma.htm>. Acesso em: 22 jan. 2021

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea [online]**, 2017, v. 21, n. 02 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198055272129>>. Epub 21 Dez 2017. ISSN 1980-5527. <https://doi.org/10.1590/198055272129>. Acesso em: 14 Jan. 2022.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980

BEDINELLI, Talita. A guerra jurídica do impeachment: do que Dilma é acusada? **El País**. Brasília, 30 ago 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472412248_958761.html>. Acesso em: 18 fev. 2021

BELLO, Enzo; CAPELA, Gustavo Moreira; KELLER, Rene José. Operação Lava Jato: ideologia, narrativa e (re) articulação da hegemonia. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 3, p. 1645-1678, 2021.

BESTER, Gisela Maria. Aspectos históricos da luta sufragica feminina no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 11-22, jan. 1997. ISSN 2178-4582. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23351>>. Acesso em: 27 abr. 2020. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>.

Bertha Lutz. **Senado Federal**, outubro de 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. 1989.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. Boitempo. 2014

BORDIN, Tamara Maria. O SABER E O PODER: A CONTRIBUIÇÃO DE MICHEL FOUCAULT. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, n. 10, 3 nov. 2014. BRITO, Marcelo. Atlas das Eleições Presidenciais no Brasil. Disponível: <https://sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/1989>>. Acesso em: 21 set. 2020

BRAGON, Rayder. **UOL: Como era a Dilma que lutou durante a ditadura? Companheiros da época respondem**. Belo Horizonte, 31 mar. 2014. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/31/como-era-a-dilma-que-lutou-durante-a-ditadura-companheiros-da-epoca-respondem.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL, CASA CIVIL. GLEISI HOFFMAN. **PORTARIA Nº 1.492, DE 5 DE OUTUBRO DE 2011**. [S. l.], 5 out. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/P1492-11-ccivil.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL, CASA CIVIL. **Lei nº 9.540, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. [S. l.], 5 out. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL, CASA CIVIL. **Lei nº 12034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. [S. l.], 29 set. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL, CASA CIVIL. **Lei nº 9100, de 29 de setembro de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. [S. l.], 29 set. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm. Acesso em: 14 jan. 2021.

Brasil caiu 6 posições em número de mulheres no parlamento. **PT**, [S. l.], p. 1, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://pt.org.br/internacional-brasil-caiu-6-posicoes-em-numero-de-mulheres-no-parlamento/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Cai o número de mulheres eleitas governadoras no país. **G1**, 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/cai-o-numero-de-mulheres-eleitas-governadoras-no-pais.html>. Acesso em: 13 ago. 2020

CALEIRAS, Jorge. Do desemprego à pobreza? Trajetórias, experiências e enfrentamentos. **E-cadernos CES**, n. 02, 2008.

CALHEIROS, Iara Loureto; DE CARVALHO BRASIL, Silvio Fernando; IGNÁCIO, Rozane Pereira. A FRAUDE DE COTA DE GÊNERO NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 6, p. 01-10, 2020.

CANES, Michèlle. Comissão reconhece 434 mortes e desaparecimentos durante ditadura militar. **Agência Brasil**, 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-reconhece-mais-de-200-desaparecidos-politicos-durante>>. Acesso em: 18 jul. 2020

CAMPOS, Elza Maria. O voto feminino no Brasil – a luta pela participação política da mulher. **Departamento de Direitos Humanos e Cidadania**, 2013. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=91> Acesso em: 17 jul. 2020

Carlota Pereira de Queirós. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlota_pereira_de_queiros>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CARVALHO, Brenaet al. Relação da criminalidade com os índices de desemprego: um estudo de caso. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, v. 14, n. 25, 2017.

CARVALHO, M P; VIANNA, C P. Movimentos sociais por educação: a invisibilidade dos gêneros. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 93, p. 32-9, 1995. Acesso em: 24 mai. 2020

Atos Institucionais. **Planalto**, Centro de Estudos. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 25 out. 2020

CHAIA, Vera. A longa conquista do voto na história política brasileira. **PUC-SP e**, 2010. Disponível em: http://www.pucsp.br/fundasp/textos/downloads/O_voto_no_Brasil.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020

Com sete senadoras eleitas, bancada feminina no Senado não cresce. Brasília, 08 out. 2018. **Senado Notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/com-sete-senadoras-eleitas-bancada-feminina-no-senado-nao-cresce>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

Complexos Infantis. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, vol.XII Janeiro-Abril, 1948, N^o 32, p. 63. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489316/Revista+Brasileira+de+Estudos+Pedag%C3%B3gicos+%28RBEP%29+-+Num+32/a98d2bcc-fb0f-49ea-be37-cc56c21c9b8a?version=1.3>>. Acesso em: 28 jun. 2020

Conheça a história do voto no Brasil. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 10 de agosto de 2010. Política e Administração Pública. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/90154-conheca-a-historia-do-voto-no-brasil/>>. Acesso em: 10 jun. 2020

Conheça as principais propostas de campanha de Dilma Rousseff. **G1**, 2010. Disponível: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/11/conheca-principais-propostas-de-campanha-de-dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Conheça os 27 governadores eleitos em 2018. **Folha de S. Paulo**, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/conheca-os-27-governadores-eleitos-em-2018.shtml>>. Acesso em: 04 ago 2020.

CORREA, Michelle Viviane Godinho Corrêa. Redemocratização. **InfoEscola**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/redemocratizacao/>> Acesso em: 13 out. 2021

Cresce o número de deputadas federais e senadoras eleitas. **Centro de Estudos Femininos e Acessoria**. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/colecao-femea/101-numero-117-outubro-de-2002/753-cresce-o-numero-de-deputadas-federais-e-senadoras-eleitas>>. Acesso em: 11 ago 2020.

DA SILVA, Vernucci Lenina. Voto feminino e feminismo: o sufrágio feminino em debate na primeira república. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**. Florianópolis, 2013. Disponível em:<http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373319549_ARQUIVO_Votofemininoefeminismo-fazendogenerocompleto.pdf>. Acesso em: 22 abr 2020.

DE ALMEIDA, Rodrigo. **À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. Leya, 2017.

DE SOUZA, Cristiane Aquino. A desigualdade de gênero no pensamento de Rousseau. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 20, n. 1, p. 146-170, 2015.

DEMARTINI, Z. B. F., ANTUNES, F. F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.86, p.5-14, ago. 1993

DE MELO, Híldete Pereira. PARTIDO REPUBLICANO FEMININO. **Revista historia de laeducacionlatinoamericana**, v. 18, n. 26, p. 315-321, 2016.

Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil é comemorado nesta segunda (24). **Tribunal Superior Eleitoral**, 2020. Notícias. Disponível em: <http://querepublicaessa.an.gov.br/component/content/article.html?id=147>. Acesso em: 12 jun.2020

DIAS, Rodrigo Francisco. Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil. **Temporalidades**, v. 7, n. 3, p. 249-274, 2015.

ETEVALDA GRASSI DE MENESES. **FGV CPDOC**, [s. l.], Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/etevalda-grassi-de-meneses>. Acesso em: 24 fev. 2021.

FAHS, Ana C. Salvatti. Movimento Feminista. **Politize**, 19 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-feminista/>. Acesso em: 20 abr. 2020

FERNANDES, Fernanda. A história da educação feminina. **Multirio**, 7 de março de 2019. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina>. Acesso em: 20 abr. 2020

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. 2012

FREIRE, Juliano. Celina Guimarães: um voto para mudar a história. **Silveira Dias Advocacia**. Disponível em: <https://silveiradias.adv.br/celina-guimaraes-um-voto-para-mudar-historia/>. Acesso em: 04 de jun. 2020

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso**. Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GOMES, Ciro. Por que o golpe acontece?. In: SINGER, André. **Por que gritamos golpe?**.Boitempo Editorial, 2016.

GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. Do plano nacional de políticas para as mulheres ao machistério de Temer. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, p. 753-771, 2018.

Governo Dilma tem a aprovação de 37%, indica pesquisa Ibope. **G1**, [S. l.], 16 set. 2021. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/09/governo-dilma-tem-aprovacao-de-37-indica-pesquisa-ibope.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

Governo faz denúncia ao MP de adesivo com ofensa a Dilma. **Terra**, [S. l.], p. 1, 15 jul. 2015. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-dilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9sngleRCRD.html>. Acesso em: 27 mar. 2021.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, SÔNIA. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

H Aidar, Daniel. **El País**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/30/economia/1569857428_539313.html. Acesso em 24 ago 2021.

HUMEREZ, Dorisdaia C. de; JANKEVICIUS, José Vítor. Evolução histórica do ensino superior no Brasil. **Revista do Cofen**, 2018. Disponível em: <<http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/Evolu%C3%A7%C3%A3o-hist%C3%B3rica-do-ensino-superior-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2020

JALALZAI, Farida; SANTOS; Pedro A. G dos. **Women's Empowerment and Disempowerment in Brazil: The Rise and Fall of President Dilma Rousseff**. Temple University Press; 2021.

KARAWAJCZYK, Mônica. O voto feminino no Brasil. **Que Republica é Essa**, 18 de março de 2019. Disponível em: <<http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/147-o-voto-feminino-no-brasil.html>>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

KARAWAJCZYK, Mônica. **As Filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. 2013.

Lei das Eleições – Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>>. Acesso em: 11 ago. 2020

Legislação Informatizada - DECRETO Nº 21.076, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932 - Publicação Original. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 jul. 2020

LEMOS, Mariana; MACIEL; Camila. Dilma Rousseff: "Tortura é dor e morte. Eles querem que você perca a dignidade". **Brasil de Fato**, [S. l.], p. 1, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/15/dilma-rousseff-tortura-e-dor-e-morte-eles-querem-que-voce-perca-a-dignidade>. Acesso em: 13 fev. 2021.

LIMA, Alice Marina Lira; PANKE, Luciana. DA PRIMEIRA CANDIDATA À PRIMEIRA ELEITA À PRESIDÊNCIA DO BRASIL: tipologias femininas no HGPE de TV de Livia Maria e de Dilma Rousseff. Disponível: <http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2019/04/LIMA_PANKE_DA-PRIMEIRA-CANDIDATA-%C3%80-PRIMEIRA-ELEITA-%C3%80-PRESID%C3%80NCIA-DO-BRASIL.pdf>

LIMA, Denise Maria de Oliveira. Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu. **Cógitto**, v. 11, p. 14-19, 2010.

LOBATO, Rita. A primeira médica formada no Brasil. **Revista de História** 42: 483-485, 1971.

LOBO, Francisco Bruno. Rita Lobato: a primeira médica formada no Brasil. **Revista de História**, v. 42, n. 86, p. 483-485, 1971.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: SINGER, André. **Por que gritamos golpe?**. Boitempo Editorial, 2016.

Mais Mulheres na Política. Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher; Brasília: Câmara dos Deputados, Secretaria da Mulher. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/510155>>. Acesso em: 05 de jun. de 2020

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. DALTRO, Leolinda de Figueiredo. **FGV CPDOC**, [s. l.], 20--.. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DALTRO,%20Leolinda%20de%20Figueiredo.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2021.

MARTINELLI, Andréa. Quem foi Leonilda Figueiredo Daltro que há 108 anos fundou o Partido Republicano da Mulher. **Huffpost**, 24 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/02/24/quem-foi-leolinda-figueiredo-daltro-que-ha-108-anos-fundou-o-partido-republicano-da-mulher_a_23370082/. Acesso em: 29 abr. 2020.

MENDONÇA, Heloísa. Dilma lança pacote de concessões de 200 bilhões para reanimar economia. **EL PAÍS**, [S. l.], p. 1, 9 jun. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/09/politica/1433805251_681690.html. Acesso em: 10 mar. 2021.

MICHEL, Fábio. Janaína Paschoal admite farsa do impeachment: “Alguém acha que Dilma caiu por um problema contábil?”. **RBB**, [S. l.], p. 1, 14 set. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/09/janaina-paschoal-admite-farsa-do-impeachment-alguem-acha-que-dilma-caiu-por-um-problema-contabil/>. Acesso em: 12 abr. 2021

MIGUEL, Luis Felipe. Política de Interesses, Política do Desvelo: “representação e singularidade feminina”. **Estudos Feministas**, 2001.

MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010. *Cadernos pagu*, n. 43, p. 197-231, 2014.

MOURELLE, Rodrigo Cavaliere et al. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o governo de Getúlio Vargas na década de 1930: estratégias e paradoxos do movimento feminista no Brasil. **Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Universidade Federal de Santa Catarina–de, v. 4.

Mulheres eleitas deputadas estaduais em 2006 representam 11,52% das 1.059 cadeiras das assembleias legislativa. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, 2006. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=282451>>. Acesso em: 15 de agosto de 2020

Mulheres e cotas. **Folha de S. Paulo**, 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/04/opinioao/11.html>>. Acesso em: 10 ago. de 2020

Mulheres na política: retrato da sub-representação feminina no poder. – Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher, 2016.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. 2002. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

PAGLIARINI, André. Livro defende que impeachment de Dilma foi machista e atingiu mulheres na política. **Folha de S. Paulo**, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/05/livro-defende-que-impeachment-de-dilma-foi-machista-e-atingiu-mulheres-na-politica.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

Palmatória e pau de arara: Dilma conta detalhes de como foi torturada. **PRAGMATISMO POLÍTICO**. [S. l.], 20 abr. 2016. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/04/palmatoria-e-pau-de-arara-dilma-conta-detalhes-de-como-foi-torturada.html>. Acesso em: 18 abr. 2021.

PARADO O CONGRESSO - BRASÍLIA ISOLADA. **Folha de S. Paulo**, 1966. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20out1966.htm>. Acesso em: 21 jul. 2020.

Pedaladas fiscais e decretos de suplementação violaram Direito Financeiro, diz professor. **Senado Notícias**. Brasília, 11 ago 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/02/pedaladas-fiscais-e-decretos-de-suplementacao-violaram-direito-financeiro-diz-professor>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Pela primeira vez em 16 anos, Brasil elege apenas uma mulher governadora. **G1**, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/pela-primeira-vez-em-16-anos-brasil-elege-apenas-uma-mulher-governadora.html>>. Acesso: 12 ago. 2020

PINHO, Carlos Eduardo Santos. Emergência e declínio do governo Dilma Rousseff à luz das capacidades do Estado brasileiro (2011-2016). **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, v. 6, n. 1, p. 94-121, 2016.

PINTO, S. C. S. **Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal**. Rio de Janeiro, Mauad, 2011. PORTO, W. C. O voto no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

PRADO, B.; MATOS, E.; MOREIRA, É.; ROSA, H.; MATOS, M. Os conceitos de saber, poder e discurso ideológico analisados segundo a teoria de Michel Foucault. **Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**, São Paulo, v. 4, n. 3, 2011.

Primeiro Código Eleitoral brasileiro completa 85 anos. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2017. Notícias. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Fevereiro/primeiro-codigo-eleitoral-brasileiro-completa-85-anos>>. Acesso em 13 jun. 2020.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres e educação no Brasil-colônia: histórias entrecruzadas. **HISTEDBR, Navegando na história da educação brasileira**, 2006.

ROSA, Tiago Barros. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. **Revista Sem Aspas**, p. 3-12, 2017.

Roseana foi a primeira mulher eleita governadora; veja trajetória. **G1**, 2014. Disponível em: <<http://glo.bo/1wRZNOL>>. Acesso em: 04 ago. 2020

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ROUSSEFF, Dilma. **Crepúsculo no Alvorada**. [Entrevista concedida a Roberto Cabrini]. Profissão Repórter, 21 ago. 2016.

SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 713-734, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. A Construção da Democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das Assembleias nacionais e do Congresso Nacional. Brasília: **Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações**, 2003. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/5084>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SILVA, Rafaella Mello da. **(DES)IGUALDADE DA MULHER: DA EDUCAÇÃO PARA O LAR À CONQUISTA POR ESPAÇO PROFISSIONAL**. Rafaella Mello, [s. l.], p. 1, 20 nov. 2016. Disponível em: <https://rafaelamello.com.br/-DES-IGUALDADE-DA-MULHER-DA-EDUCAaO-PARA-O-LAR-a-CONQUISTA-POR-ESPACO-PROFISSIONAL>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos estudos CEBRAP**, n. 102, p. 39-67, 2015.

Série 87 anos: Código Eleitoral de 1932 regulamentou e organizou eleições no país. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2019. Notícias. Disponível: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Fevereiro/serie-87-anos-codigo-eleitoral-de-1932-regulamentou-e-organizou-eleicoes-no-pais>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SÖGUR-HOUS, Débora. Temer diz que sempre sentiu em Dilma “honestidade extraordinária”. **Metrópoles**, [S. l.], 12 abr. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/temer-diz-que-sempre-sentiu-em-dilma-honestidade-extraordinaria>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. **Labrysétudesféministes/estudos feministas**, p. 1-10, 2006.

CEVA, Antonia; SCHUMAHER, Schuma. **Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil**. Edições de Janeiro; 2015.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital (Org.). **Dicionário de Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Ed. Paz e Terra. 1982

TEMER “lutou” por impeachment de Dilma, diz Eduardo Cunha em livro. **Gazeta do Povo**, [S. l.], p. 1, 2 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/eduardo-cunha-livro-temer-impeachment-dilma/>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

TOMÉ, Dyeinne Cristina; QUADROS, Raquel dos Santos; *A educação feminina durante o Brasil colonial (.pdf)*. In: **Anais da Semana da pedagogia da UEM**, 1, 2012, Maringá.